



# ELO



PORTE  
PAGO

ANO IX  
N.º 115  
MENSAL  
NOVEMBRO  
1983  
PREÇO 20\$00

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

**EM 23 DE NOVEMBRO**

## 9.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

(Pág. Centrais)

### EDITORIAL

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 um novo horizonte de esperança desponta em todo o país, dando início a uma fase em que todos os sonhos são lícitos, desde os mais modestos aos mais ambiciosos. Gera-se um clima de alegria e expectativa, orientada esta no sentido de obter dias melhores e mais consentâneos com a realidade do mundo civilizado em que nos inseríamos, mas do qual nos encontrávamos arredados.

Se atendermos ao espaço de tempo que medeia esta data histórica e a fundação da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS — menos de três semanas — com todos os problemas inerentes a tal acto, é possível afirmar que a dinâmica conseguida revela por si só a capacidade dos jovens deficientes militares de então. Do anteriormente exposto, e do facto da primeira edição do jornal «ELO» ter sido levada a efeito passados cerca de seis meses após a referida fundação, se pode constatar que a criação de um órgão de informação dentro da ADFA foi uma preocupação desde a primeira hora.

Duas grandes necessidades se fizeram desde logo sentir: a de criar um mecanismo capaz de fazer a ligação entre todos os associados dispersos pelo país e a de velar junto da opinião pública e poderes constituídos os objectivos pelos quais lutávamos. São estes os ideais que presidem à criação do jornal «ELO», cujo nome reflecte já o conceito de união, uma das principais metas a atingir.

No dia 23 do corrente mês de Novembro, o órgão de informação da ADFA

(Continua na pág. 3)

### SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VISITOU A SEDE DA ADFA

(Pág. 12)



Bobela Mota com os órgãos centrais da ADFA

EM 11 DE DEZEMBRO

### INAUGURAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

PÁG. 12

- «ELO» ENTREVISTOU GILLIAN COLLINS DA PHAB (Pág. 4)
- PREVISTA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EM JANEIRO (Pág. 3)
- CONVÍVIOS E FESTAS DE NATAL NA SEDE E DELEGAÇÕES (Pág. 10)
- ENCONTRO DAS DIRECÇÕES DA ADFA E ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (Pág. 11)

# A ESCOLA NA ADFA

Indo ao encontro de uma necessidade premente de muitos sócios, fazer a escolaridade básica ou prosseguir os estudos, surgiram aulas e uma escola na ADFA, quase desde a sua fundação.

De professores voluntários e alunos autopropostos à oficialização completa, além do Ciclo Preparatório e do Curso Geral dos Liceus, assume hoje especial importância a Educação Básica para Adultos, dirigida a uma parte dos sócios de origem africana.

O nosso ano lectivo já começou em Outubro, mas ainda permanece oportuno falar da nossa escola.

De entre os diversos serviços prestados pela ADFA aos seus sócios, queremos destacar a escola. Funcionam aulas na ADFA quase desde a sua fundação.

No seu início, as aulas eram dadas em regime de voluntariedade por parte dos professores. As dificuldades de tal regime criaram sempre um grave problema: no início do ano lectivo, o corpo docente nunca estava completo. Era normal que metade das disciplinas não tivessem professor, prejudicando não só os alunos como o bom funcionamento dos cursos.

Também, nos primeiros anos, os alunos não faziam qualquer matrícula oficial para a frequência das aulas, estando sujeitos a exames somente fazendo os mesmos como alunos autopropostos e externos. Esta única forma de avaliação (não fossem os exames tão discutidos como forma de avaliação) constituía uma situação frustrante para os alunos: depois de terem recebido aulas durante vários meses de um determinado grupo de professores, presta-

vam provas dos seus conhecimentos perante professores com quem não tinham tido nenhum contacto e que, a maior parte das vezes, desconheciam a problemática dos deficientes das Forças Armadas.

## Oficialização da escola

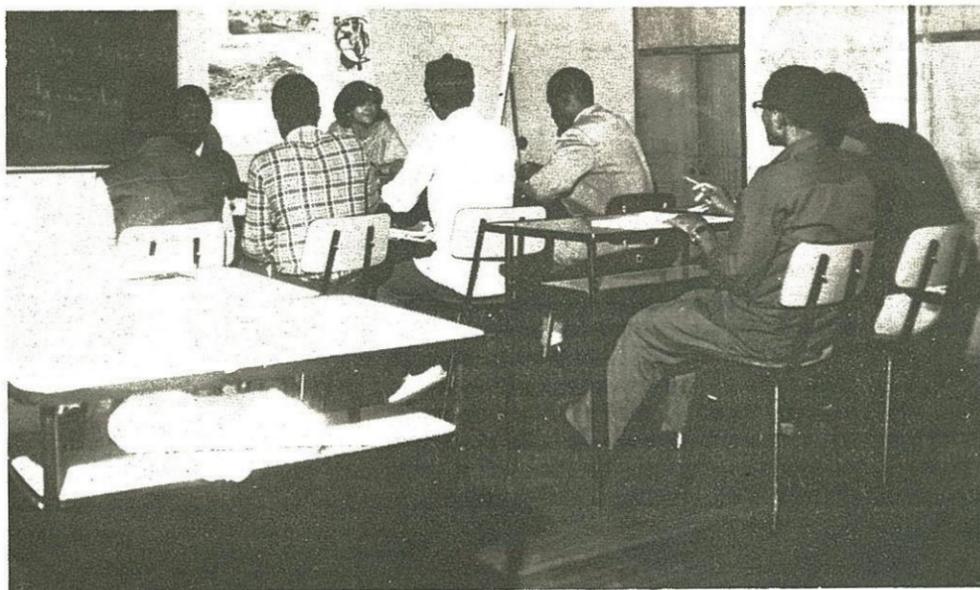
Após quatro anos de funcionamento nas anteriores condições e, porque havia um maior interesse de alguns sócios na manutenção do funcionamento das aulas, a ADFA reorganizou a escola e conseguiu do Ministério da Educação a sua oficialização. Em 1979 o Ciclo Preparatório passou a ser oficial, tendo as aulas ficado, desde aí, agregadas à Escola Preparatória Nuno Gonçalves. No ano seguinte a oficialização chegou ao Curso Geral. Os alunos passaram a realizar matrícula oficial no início de cada ano lectivo, e a avaliação dos conhecimentos passou a ser feita pelos seus próprios professores, ficando os alunos a usufruir das mesmas regalias que qualquer aluno do ensino oficial, nomeadamente da dispensa de exa-

mes. Os professores passaram a ser colocados oficialmente, em regime de completamento de horário com a escola a que pertencem.

Desde 1979, tem sido feito um esforço visando uma melhoria das instalações e do ensino, havendo a destacar o ensino básico — Educação Básica para Adultos, frequentado essencialmente por alunos africanos, originários dos países de expressão portuguesa, antigas colónias.

Tais alunos africanos, pela sua cultura com conceitos básicos completamente diversos dos nossos e pela acção colonial portuguesa que não proporcionava o seu desenvolvimento nem tinha qualquer interesse em alfabetizar as populações da colónias, não têm, por vezes, os conhecimentos rudimentares da língua e cultura portuguesas.

A ADFA, através da escola, tem-se esforçado por chamar a si estes sócios e, a pouco e pouco, integrá-los na nossa cultura para que possam, em igualdade de circunstâncias, enfrentar o



Durante uma das aulas da Educação Básica para Adultos, dirigidas fundamentalmente a sócios de origem africana

mercado de trabalho e a sociedade portuguesa.

A importância da acção da ADFA, neste domínio, encontra-se precisamente em tentar levar a cabo tal integração porque nenhuma entidade oficial, que teria realmente a obrigação desta tarefa, quer tomar tal responsabilidade, se é que

efectivamente existe algum interesse, a nível oficial, em concretizar a integração de indivíduos que, pela força das circunstâncias, combateram ao lado do exército português na guerra colonial, não se apercebendo, como tantos de nós, por falta de conhecimento e tenta-

dos pela ideia de uma «vida melhor», que lutavam contra a sua própria pátria e o seu próprio desenvolvimento.

No presente ano lectivo, estão a funcionar na escola os seguintes cursos: Educação Básica para Adultos, Ciclo Preparatório, Curso Geral dos Liceus.

## CARTAS DOS LEITORES

# PARABÉNS «ELO»

É costume serem os aniversários alvo das mais variadas manifestações de carinho, mimoseados com prendas, felicitações, enfim, um cem número de atenções que, normalmente, caracterizam uma festa de aniversário.

Não quero ser desmancha-prazeres, nada disso! Mas, vou roubar um momentinho à euforia festiva, assim como que um intervalo dedicado à reflexão.

O nosso «ELO» tem para mim um significado muito especial. É «como se fora meu filho». Isto porque, também eu, pertenci ao número daqueles que, melhor ou pior, contribuíram para que o «ELO» continuasse o caminho iniciado em 1974 e fosse efectivamente um elo entre todos nós.

Recordo-me que na altura, entre outros sonhos, acalentámos um de forma mais significativa. A par de melhorar, constantemente, quer o aspecto gráfico quer os assuntos abordados, colocar o «ELO» nos circuitos comerciais era uma meta. Sentíamos que o diálogo escrita-leitor se tornava cada vez mais fortalecido. Tínhamos, temos e continuaremos a ter, a certeza que o «ELO» foi, é e será, uma «pedrada no charco». Mas há que levar os «salpicos» àqueles que por indiferença teimam em ignorar que junto a eles vivem seres humanos com pensar e sentir como eles, que têm os mesmos direitos e deveres que eles, que o ferrete da deficiência é uma ignomínia.

Por isso tentámos levar o nosso «ELO» para fora das «fronteiras»; fazer com que fosse lido por um número cada vez maior de cidadãos deste País a que pertencemos. Daí que tivéssemos o cuidado de inserir em todos os números um cupão que permitisse tornarem-se assinantes aqueles que, desperta-

dos da letargia se solidarizavam com a luta que os deficientes deste Portugal travam pela sua reabilitação e reintegração social.

Acredito que a imensa maioria dos nossos compatriotas habituados desde sempre a ouvirem o «choradinho» encarem toda a problemática que enche os deficientes duma forma, digamos, romântica.

O «ELO» nasce e uma nova linguagem nasce com ele. Os homens que o fazem — e somos todos pois o «ELO» é a nossa voz — são deficientes que não se acomodam à situação secular das ladainhas. São homens que equacionam os problemas, apontam soluções, exigem reparações. A bonomia tradicional dos não-deficientes é sacudida com a firmeza das posições assumidas por aqueles que, por variadas circunstâncias, deixaram um dia de ser como eles. Um dedo acusador pressiona-lhes a «boa» consciência.

Inegavelmente que muitos foram os passos dados em frente. Ainda não os suficientes. E, se algum dia se escrever a história dos deficientes portugueses a ADFA e, consequentemente, o «ELO» serão o virar da página do «conformismo» tradicional.

Muitos são aqueles que hoje olham o deficiente como um igual, que vêem no deficiente um potencial trabalhador e não uma pessoa reduzida (leia-se forçada) à esmola. Que sabem que a moeda atirada para o chapéu não é solução, não alivia nem resolve problemas. A resolução do problema passa pela transformação das mentalidades e pela responsabilização de quem de direito.

Forçar a sociedade e os seus mais directos responsáveis à

resolução dos problemas que marcam os eternos «foragidos sociais» são os meus votos para o «ELO»; tornar-se um vínculo cada vez mais forte entre todos os deficientes; levar a sua/nossa voz ao maior número possível de pessoas; continuar no caminho da ponderação dos problemas que nos afectam; tornar-se um «ELO» sempre melhor, não os sentimentos que animam aqueles que (ainda) não foram vencidos pelas vicissitudes desta vida.

Por tudo isto, proponho amigos que, por um momento, um momento breve «mandemos às urtigas» crises, impostos — ordinários, extraordinários e outros — e fomulemos um brinde de paz, de alegria, de confiança, de esperança num mundo melhor, mais justo, mais pacífico, mais humano. Brindemos ao nosso «ELO» pelo seu nono aniversário, para que continue no caminho que sempre tem seguido e que com a ajuda de nós todos derrube garras com que nos pretendem sufocar.

VÍTOR SENGO  
Sócio 2556

## PARA O ELO

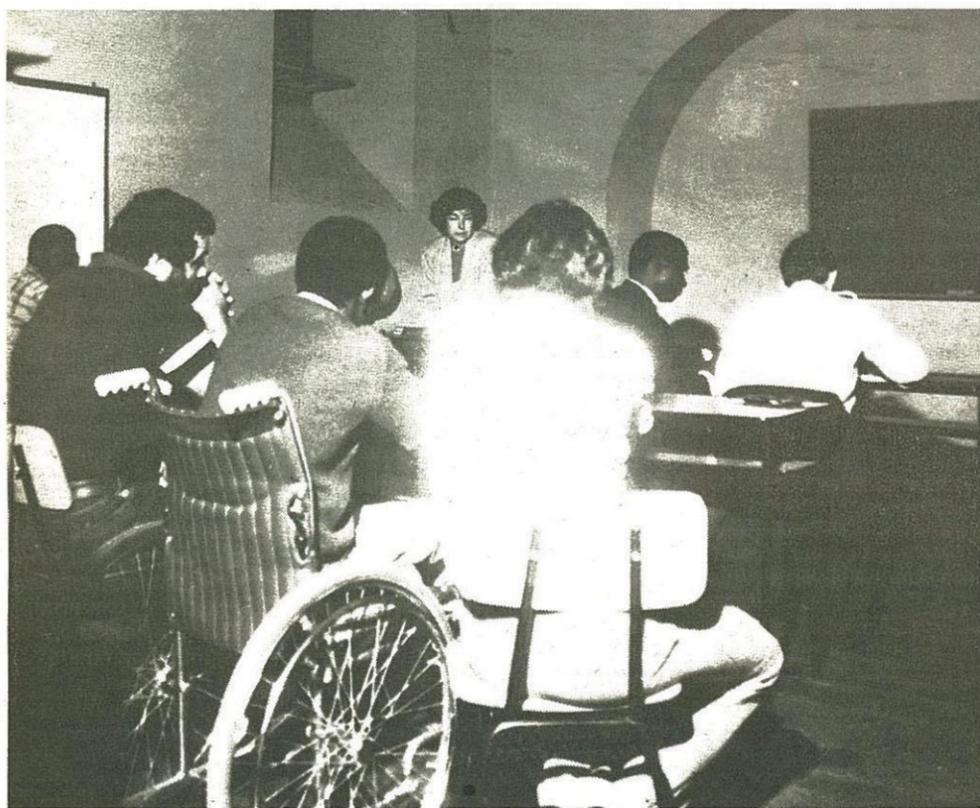
Parabéns por mais um aniversário.

Desejos de continuação, cada vez mais forte e unido, franca actividade, são votos sinceros deste sócio n.º 9384. Para o aniversário, envio alguns originais desenhados a lápis, assinalando este forte aniversário; espero que sejam considerados como símbolo da amizade que tenho para com o ELO, jornal a que dedico toda a simpatia.

Votos de um feliz aniversário. Parabéns.  
Sócio n.º 9584, Domingos Gomes Barbosa.



Desenho enviado por Domingos G. Barbosa



A sala para a frequência do Ciclo Preparatório está adaptada a deficientes motores, devido à ausência de barreiras arquitectónicas

## EM 9 DE DEZEMBRO DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

No dia 9 de Dezembro vai ser assinalado no nosso País o Dia Nacional do Deficiente, criado na sequência das comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

Este é o terceiro ano que se comemora o Dia Nacional do Deficiente em Portugal. A ADFA está a preparar este ano uma sessão pública, aberta a todas as Associações de Deficientes, trabalhadores da Reabilitação e Imprensa. Esta uma forma de comemorar o Dia Nacional do Deficiente, contribuindo para que um debate aberto sobre os problemas dos deficientes, cada vez mais necessário, tenha lugar.

Esta sessão está a ser preparada com a maior atenção, esperando-se que seja mais um contributo válido para que a problemática dos deficientes assumam a dimensão pública que realmente merece.

## 8.º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Assinalando o 8.º Aniversário da Independência da República Popular de Angola, festejado em 11 de Novembro, enviou a Direcção um telegrama à Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola, cujo teor é o seguinte:

Agradecemos convite 8.º aniversário independência da República Popular de Angola.

Impossibilidade enviar representante, apresentamos calorosas saudações de solidariedade com votos de paz e prosperidade para nação angolana.

A Direcção Central

# EM PRINCÍPIOS DE JANEIRO VAI REALIZAR-SE UMA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DA ADFA

Está prevista para a primeira quinzena de Janeiro a realização de uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária da Associação.

A data e local da Assembleia serão marcadas oportunamente, sendo a convocatória, dirigida a todos os sócios, publicada no próximo número do «Elo» que será recebido, espera-se, ainda antes do Natal. Pode-se, entretanto, desde já adiantar que a data mais previsível é o dia 14 de Janeiro (sábado) e o local será em Lisboa, em princípios na sede da Associação.

Esta Assembleia Geral Nacional terá lugar na sequência da reunião do Conselho Nacional de 3 de Dezembro, a fim de deliberar sobre questões associativas importantes e com actualidade que ultrapassam as competências do Conselho. Será o caso da actualização de quotas, por exemplo. A Assembleia Geral apreciará, como vem sendo costume, a situação em que se encontram as reivindicações da Associação no domínio da alteração da legislação. Dado tratar-se da primeira Assembleia Geral Nacional a realizar no ano em que a ADFA comemora o seu 10.º aniversário, o mais importante órgão da Associação pretenderá, obviamente, pronunciar-se sobre este assunto. Outros pontos, ainda não definidos, farão parte da ordem de trabalhos, que será elaborada após a reunião do Conselho Nacional de 3 de Dezembro.

**A participação na Assembleia Geral é o exercício pleno da orientação directa da Associação por todos os sócios**

A dois meses de distância da realização da próxima Assembleia Geral Nacional da Associação, realça-se, desde já, a importância da participação activa dos sócios. Essa participação deve traduzir-se não apenas na presença física dos associados, mas também na discussão empenhada dos pontos de ordem de trabalhos.

Participar na Assembleia Geral não é apenas cumprir um dever associativo, nem sequer apenas exercer esse direito inalienável de votar as deliberações fundamentais da Associação. Participar na Assembleia Geral Nacional, órgão máximo e soberano da ADFA, é realizar em plenitude a condição de sócio, manifestando e exercendo directamente a sua vontade, tomando, em momentos decisivos, nas suas próprias mãos o destino da Associação, orientando-a no sentido mais consentâneo com as suas aspirações.

A Assembleia não pode ser uma reunião burocrática e rotineira. Cada Assembleia Geral Nacional tem que ser momento de repensar a Associação nos seus aspectos fundamentais. Cada Assembleia Nacional tem que ser um momento solene em que todos os poderes, no âmbito dos assuntos em discussão, são devolvidos aos sócios.

A importância de um acto associativo como é a realização de uma Assembleia Geral Nacional deverá, pois, ser interiorizado pelos sócios, esperando-se deles a disponibilidade que a Associação requer.

A Assembleia Geral Nacional de Janeiro próximo será preparada com o maior cuidado de maneira a que os sócios possam previamente ter acesso a todo o material disponível respeitante aos pontos da ordem de trabalhos. Também a forma como decorrerá a Assembleia será objecto de preparação cuidada, a fim de que aos sócios, muitas vezes vindos de longe e com sacrifícios pessoais, sejam asseguradas todas as possibilidades de participação plena e de livre manifestação da sua vontade.

A dignificação da Assembleia Geral Nacional, órgão mais importante da Associação e seu espelho em primeira instância, será, pois, assegurada, contando-se, para isso, com o empenhamento não só dos órgãos eleitos, como, muito especialmente, dos sócios, que são os primeiros interessados no funcionamento eficaz e produtivo do órgão em que todos têm assento.

# CONSELHO NACIONAL DA ADFA VAI REALIZAR REUNIÃO ORDINÁRIA DIA 3 DE DEZEMBRO

O Conselho Nacional ADFA vai reunir ordinariamente no dia 3 de Dezembro, tendo como ponto fundamental da ordem de trabalhos a aprovação do orçamento da Associação para 1984.

Esta é a primeira reunião deste importante órgão da ADFA já com a composição decorrente da alteração dos Estatutos. O Conselho Nacional, sucedendo ao anterior Secretariado Nacional, é um órgão, logo abaixo da Assembleia Geral Nacional, com competências muito importantes no âmbito da orientação da Associação. Tem uma maior representatividade que o Secretariado Nacional (é constituído pela mesa da Assembleia Geral Nacional, Direcção Central, um representante dos órgãos de cada delegação e ainda sócios expressamente eleitos em todas as delegações em número proporcional aos associados que representam).

A composição total do Conselho Nacional resultou das últimas eleições, sendo a partir daí, esta a primeira reunião deste órgão.

Para além da aprovação do orçamento da Associação para 1984, o Conselho Nacional tratará ainda de outros assuntos da sua competência e de actualidade associativa. Assim, da ordem de trabalhos constam ainda a aprovação do Regulamento interno do Conselho, as comemorações do 10.º aniversário da Associação, a apreciação das conclusões do inquérito mandado instaurar por deliberação da Assembleia Geral Nacional de 9 de Abril de 1983, a redefinição da estrutura da Associação na Região Autónoma dos Açores e a questão do ex-trabalhador da Delegação de Ponta Delgada.

A reunião realiza-se na sede da ADFA, em Lisboa, na tarde de 3 de Dezembro, com início às 13.30 h.

## INQUÉRITO AOS SÓCIOS SOBRE A REALIDADE ASSOCIATIVA E O ELO

Vai ser lançado um inquérito aos sócios, com a finalidade de auscultar todos os sócios sobre a realidade associativa e o Jornal ELO e com a finalidade de receber sugestões para a dinamização da vida associativa.

Para obter o maior número possível de respostas e visando encorajar todos os sócios a responderem ao inquérito, estão a ser diligenciados esforços no sentido de se obterem prémios significativos, a sortear entre todos os sócios que responderem ao inquérito.

O inquérito será publicado, sob a forma de destacável, num dos próximos números do ELO, talvez já no próximo número de Dezembro, se chegarem rapidamente diversos pareceres técnicos solicitados.

**DIA 7 DE DEZEMBRO**

## 9.º ANIVERSÁRIO DA DELEGAÇÃO DO PORTO VAI SER COMEMORADO COM JANTAR-CONVÍVIO

A Delegação do Porto vai assinalar a passagem do nono aniversário da sua criação no próximo dia 7 de Dezembro.

A passagem de mais um ano de existência da Delegação do Porto vai desta vez ser comemorada com um jantar convívio, a realizar no dia 7 de Dezembro na Delegação. Os sócios interessados deverão contactar a Delegação do Porto até ao dia 3 de Dezembro (até à 17 horas), a fim de procederem à sua inscrição para o jantar.

(Continuação da pág. 1)

completa nove anos de existência, durante os quais foi publicado regularmente, primeiro com duas edições mensais e posteriormente com uma única edição por mês.

Fazer sair um jornal ao longo de nove anos não é tarefa fácil para amadores, só possível aliás devido ao empenho de alguns associados devotados de alma e coração a esta nossa casa. Tarefa tanto mais ingrata, quanto mais intensa e negativa é a crítica que sobre ele se projecta e menor a participação e contribuição, tão necessárias à sua melhoria efectiva. Como todas as coisas, o «ELO» é passível de críticas, pois certamente não é perfeito, no entanto ele tem desempenhado, com as suas já 115 edições, um papel importante na vida associativa bem como na divulgação exterior da imagem da ADFA.

O nosso jornal, virado essencialmente para os problemas associativos, tem prestado aos associados uma vasta gama de informações úteis num espectro temático bastante amplo. Têm sido tratadas matérias tais como: legislação, reabilitação, desporto, cultura, vida associativa, etc., contribuindo assim eficazmente para uma informação generalizada dos problemas que se colocam aos deficientes e aos DFAS em particular.

As tomadas de posição inseridas nas suas rubricas têm sido pautadas exclusivamente por critérios de defesa dos interesses dos deficientes, independentemente dos quadrantes donde prove-

## EDITORIAL

nam. Sendo a ADFA dotada de estatutos que prevêem um rigoroso apartidarismo, não poderia o seu órgão de informação veicular posições partidárias, sob grave risco de incongruência de princípios. Isto não significa, porém, que seja apolítico. Muito pelo contrário. Só que a política do «ELO» tem sido e continuará a ser a de lutar pela reabilitação, reintegração social e defesa intransigente dos direitos dos deficientes, dentro da filosofia da ADFA.

Embora se mantenham actuais os objectivos iniciais, o «ELO» não é um jornal estático e novos horizontes se

abrem para o futuro. Assim, com uma tiragem de 10000 exemplares por edição, passou recentemente a ser impresso em off-set, o que veio melhorar consideravelmente a sua apresentação gráfica, e a dispor da colaboração de um jornalista profissional, pelo que a abordagem e tratamento das matérias também foi alvo de uma melhoria acentuada.

Ao assinalar o nono aniversário do «ELO», fazemo-lo com optimismo no que diz respeito à sua projecção no futuro. O potencial humano de que dispõe, tanto na equipa redactorial como nos colaboradores habituais, está altamente empenhado num cumprimento cada vez mais cabal dos objectivos visados com a sua criação.



## FILUMINISMO NA ADFA

Integrada nas comemorações do IX aniversário do nosso jornal «ELO», a ADFA com a colaboração da Fosforeira Portuguesa e da Sociedade Nacional de Fósforos leva a cabo a PRIMEIRA MOSTRA DE FILUMINISMO, no dia 19 de Novembro, às 16 horas.

As caixas de fósforos ficarão expostas na sede da ADFA, Largo de S. Domingos, Palácio da Independência até ao fim do mês de Dezembro.

Participa visitando a ADFA.



# OPORTUNIDADE NÃO

## A PHAB E OS DEFICIENTES EM INGLATERRA

# PIEDADE!

### ENTREVISTA COM MRS. COLLINS

**PHAB é uma experiência inédita sobre a reabilitação e reintegração dos deficientes. Analisar as actividades deste organismo em Inglaterra, é uma forma de contribuímos para a resolução dos nossos problemas e de abrir novas perspectivas à organização dos deficientes em Portugal.**

**Oportunidade não piedade, foi a palavra de ordem que Mrs. Gillian Collins nos trouxe em mais uma visita que efectuou ao nosso país, de 5 a 15 de Outubro.**

**Mrs. Gillian Collins, deficiente, desloca-se numa cadeira de rodas, é Secretário Regional do PHAB para o Noroeste de Inglaterra. Simples, cortês e confiante, transmite-nos de cada vez que com ela lidamos um grande entusiasmo; fazendo-nos pensar, com o seu exemplo, da necessidade de se sensibilizar os mais amplos sectores da população.**

**Mrs. Collins, sem esperar por formalidades, vai procurando na acção concreta a resolução dos mais variados problemas: barreiras arquitectónicas, transportes, formação profissional, emprego, ensino integrado, etc.**

**A fim de que possamos fazer uma ideia mais clara da sua actividade e da sua Organização, Mrs. Collins aceitou amavelmente ser entrevistada para o nosso jornal, tendo-se deslocado pessoalmente ao Palácio da Independência.**

ELO — Quem é o PHAB?

M. C. — PHAB é alguém que é deficiente e não deficiente destinado a juntar deficientes e não deficientes para fazerem algo em conjunto. Estamos certos de não termos um grupo de pessoas não deminuídas, segregadas. No PHAB queremos juntar todos os deficientes e não deficientes para que façam juntos várias coisas, como seja trabalho, desporto, e escola.

ELO — Mas qual a principal objectivo da vossa organização?

M. C. — O principal objectivo é conseguir que toda a gente tenha uma vida normal, mesmo que alguns elementos tenham de frequentar escolas especiais ou hospitais especiais, longe dos outros membros; mas nós somos corajosos!

ELO — Seria importante desenvolver as relações entre a ADFA e a PHAB?

M. C. — Sim, é muito importante, porque nós queremos que vocês se inclinem a fazer o mesmo. Mas como faremos isso? Provavelmente vocês têm uma resposta. Talvez nós possamos começar uma associação PHAB em Portugal. É este o caminho por onde se começa, normalmente, nós tentamos lançar em cada cidade um clube PHAB onde as pessoas vão uma noite por semana para começar o clube. Isto termina com o crescimento do clube, juntando as pessoas que se interessam por se conhecerem mutuamente. Tal como os deficientes podem conhecer não deficientes, assim estas podem conhecer as outras e nós encontra-

mos pessoas «normais» assustadas com as pessoas deficientes até se conhecerem mutuamente. Assim temos o clube onde se começam a conhecer e a apagar esse medo ou a diminuir a apreensão e a ver no outro, algo diferente, que é simplesmente uma pessoa vulgar.

ELO — Têm aqui escrito «Oportunidade não Piedade». Isto significa que o povo inglês tem uma posição de «pena» para com os deficientes?

M. C. — Por vezes sim. As pessoas não compreendem que os deficientes e elas, são todos o mesmo. Nós precisamos de oportunidades para arranjar trabalho e não para se ter pena dos deficientes. Essa é a atitude que nós queremos mudar.

ELO — A atitude que têm, quando vão aos clubes, é de piedade ou de solidariedade?

M. C. — Por vezes é de pena, mas nós tentamos transformá-la.

ELO — Essa mudança está a dar-se ou não?

M. C. — Sim, está a melhorar. Há 20 anos atrás não podíamos sair, chamavam-nos estúpidos.

ELO — Que problemas especiais têm na vossa actividade?

M. C. — O maior problema é levar os não deficientes e os deficientes a fazerem coisas em conjunto, levá-los a conhecerem-se. Por vezes os deficientes ficam em casa, não querem sair, não querem ir a escolas especiais, deixam a escola, não querem juntar-se à comunidade e nós temos que os fazer viver uma vida normal, o que é difícil. As crianças têm que frequentar escolas especiais, quando deixam a escola não têm nada que fazer e então o PHAB arranja desportos, recreações, etc.

ELO — Mas depois destes anos de trabalho há dife-

renças entre os PHAB de 1960 e os de agora?

M. C. — Há sim, muito grandes diferenças. Há 10 anos nós tínhamos 60 clubes e agora temos 350. A PHAB cresceu muito.

ELO — Nas escolas públicas, no que respeita à educação há alguma disciplina que respeite aos deficientes ou não?

Preparação especial da parte dos professores?

M. C. — Sim, há cursos especiais para ensinar os professores acerca do ensino de deficientes, mas isto é novo, começou há pouco, e os professores estão aprendendo a lidar com deficientes nos espectos específicos. Têm computadores, apoios especiais.

ELO — Há escolas especiais para deficientes?

M. C. — Bem, nós não temos escolas especiais. Nós não tentamos mandá-los para escolas especiais,



MRS Gillian Collins

mas para escolas normais, dentro do possível. Só os mais graves deficientes é que devem ir para escolas especiais.

ELO — E qual é a intervenção do PHAB nas escolas?

M. C. — Eu vou a muitos gabinetes Regionais que intervêm nas escolas para falar com as crianças e com os professores, para tentar obter a atitude correcta para

com os deficientes e para todos se olharem como pessoas normais. Levamos filmes e depois falamos com as crianças. Fazemos um trabalho novo, através de uma lei as escolas têm de admitir mais deficientes, esta lei é recente e ainda não foi implementada, está a começar agora, é um caminho longo.

### Jovens apoiam os deficientes

ELO — As pessoas mais jovens apoiam muito a vossa organização?

M. C. — Bem nós também olhamos pelos mais jovens que também têm clubes, porque nós dizemos que se eles são integrados com 5 anos não se devem juntar aos de 16 ou de 40 anos, mas muita gente fica deficiente mais tarde e torna-se difícil ser levada para os hospitais; mais difícil ser trazida para a vida.

ELO — São os Clubes de Juventude como as Associações Estudantis?

M. C. — Sim, um pouco, há recreação para os jovens, nadam, jogam, há muitas competições, muitas destas para não-deficientes e outras para o PHAB.

### Deficientes de guerra em Inglaterra, são idosos

ELO — A Inglaterra teve muitos deficientes militares depois da guerra. Qual é o

(Continua na pág. 8)

## O QUE É A PHAB?

### Finalidades da PHAB

**A ideia confida na expressão Physically Handicapped and Able Bodied de que PHAB são as Iniciais, expressão difícil de traduzir a letra, é a de uma associação entre pessoas deficientes e pessoas não-deficientes com vista a tomar a integração na comunidade uma autêntica realidade, partindo-se das estruturas ou já existentes.**

**O lema Oportunidade e não Piedade, traduz a intenção de promover oportunidades para que deficientes e não deficientes, em conjunto e numa base de igualdade, possam destruir as barreiras do medo, ignorância e preconceitos.**

### Como actua a PHAB?

★ Através de clubes e actividades sociais que são partilhadas por diminuídos e por não diminuídos físicos em conjunto, numa base igual de associação, direcção e programa.

★ Através de centros de férias e cursos nos quais diminuídos e não diminuídos convivem, trabalham e jogam em conjunto.

★ Utilizando as actividades dentro dos clubes e cursos para desenvolver relacionamentos, tomar contacto com os problemas de cada um e promover a integração em situações ajustadas.

★ Utilizando os clubes e cursos como uma «casa a meias» a partir do qual os diminuídos e não diminuídos podem trabalhar para uma total integração na sociedade.

### O que a PHAB oferece:

★ Mais de 400 clubes espalhados por todo o Reino Unido. Embora a maior parte dos membros se

enquadre entre os 16 e os 30 anos há um número crescente de jovens clubes e de grupos PHAB para os de mais de 25 anos.

★ Residências de férias e de cursos em todas as partes do Reino Unido para grupos de todas as idades.

★ Comissões regionais e concelhias para apoio, desenvolvimento, treino e realização de acontecimentos.

★ Um gabinete nacional em Londres e gabinetes regionais cobrindo todas as zonas do Reino Unido.

★ Programas de treino, conferências e locais de trabalho (oficinas) para encorajar a integração e apoiar os que trabalham com o PHAB na comunidade.

★ Um serviço de informações através de folhetos, filmes e conferencistas.

★ Esquemas de angariação de fundos incluindo uma «Lotaria Instantânea» e o projecto «Amigos do PHAB».

### HISTORIAL DA PHAB

Foi em 1957 que nasceu a ideia do PHAB. Resultou da necessidade exprimida por um deficiente e da resposta dada a essa necessidade pelos membros da Comissão Nacional de Clubes de Juventude, ele pretendia «Oportunidade, não, Piedade!», oportunidade para partilhar de uma vida social na qual os deficientes e não deficientes estariam juntos. Durante muito tempo ele e os seus amigos estiveram isolados por acontecimentos, habitação, educação e locais de trabalho especiais. A necessidade real era a de integração.

Doze meses mais tarde realizou-se um curso de uma semana no qual igual número de jovens deficientes e não deficientes se juntaram para partilhar de actividades e contactos sociais — arte, fotografia, teatro, passeios, danças — e as coisas que os grupos de gente jovem desejariam partilhar naturalmente. Foi reconhecido que para a integra-

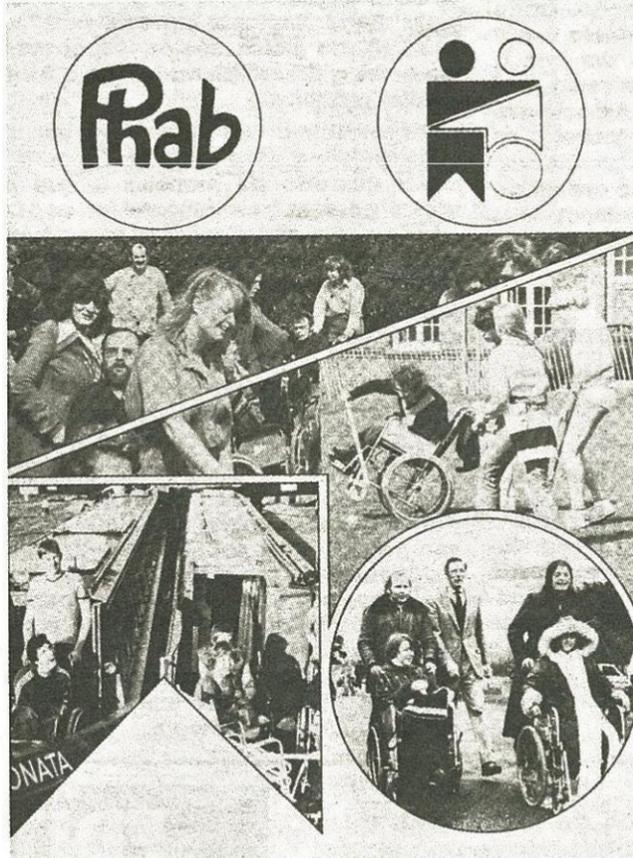
ção se dar tinha de ser criada uma situação na qual os deficientes e os não deficientes se juntariam numa base de igualdade. Havia necessidade de quebrar as barreiras existentes, barreiras do medo, ignorância, embaraço e preconceito. A sociedade criou uma situação na qual era «normal» o diminuído físico ser segregado e se a integração na comunidade estava a tornar-se uma realidade, tornava-se necessário um «meio» para tal. Foi este «meio» que os PHAB procuraram criar.

Os 15 anos seguintes conheceram o desenvolvimento destas ideias, quer a nível nacional, quer a nível das regiões sob os auspícios da Associação dos Clubes de Juventude. Os cursos foram continuados, crescendo em número cada ano. Muitos dos que os frequentaram queriam continuar a experiência noutra base mais permanente e regular e os «Clubes PHAB» foram lançados ao encontro desta necessidade. Os clubes eram organizados como «vulgares clubes de juventude» mas com um conjunto de membros composto por jovens deficientes e não deficientes. Cada curso e clube era organizado independentemente, dirigido e preenchido principalmente por voluntários. Os clubes cobriam vastas áreas e a maior dificuldade residia no transporte, muitas vezes envolvendo viagens de mais de 80 quilómetros. Como era natural, num empreendimento pioneiro e único como este, houve muitos problemas em variados locais.

Em 1974 o PHAB tornou-se uma fundação de solidariedade social, por direito próprio, e a partir dessa altura o número de clubes filiados tem crescido, sendo actualmente mais de 400 e o desenvolvimento de equipas de trabalho tornou-se necessário para fazer face às exigências. O PHAB detém agora a cobertura do Reino Unido através de uma equipa de «Secretários Regionais» com bases no Sul, Londres, «Midlands», Norte, Escócia e Irlanda do Norte.

As Bodas de Prata do PHAB foram comemoradas durante 1982 com muitos acontecimentos especiais organizados pelos Clubes e pela Direcção Nacional.

Olhando para o futuro o PHAB continua a expandir-se e a procurar novos meios de fazer juntar deficientes e não-deficientes.



# DELEGAÇÃO DE SETÚBAL EM DESTAQUE

## 11 DE DEZEMBRO — INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE

A Delegação de Setúbal vai ter a sua própria casa, terminando os sobressaltos com a situação provisória das suas actuais instalações, constituídas de certo modo por uma loja, localizada na Praça Bocage, talvez a mais central de Setúbal, mas pertença da União de Bancos Portugueses.

A nova sede, propriedade adquirida pela ADFA, um rés-do-chão da Rua Almeida Garrett, n.º 70, mais ampla e com muita luz, a estreitar e ser inaugurada no dia 11 de Dezembro, apresenta muito melhores condições que as anteriores instalações e está, também, bem localizada e bem servida por transportes.

O dia da inauguração da sede vai coincidir com a realização da festa de Natal e do seu programa constam uma manhã desportiva (basquetebol em cadeira de rodas, futebol de salão, tiro ao arco), distribuição de guloseimas às crianças, visita à sede e almoço-convívio, para o qual os sócios se devem inscrever, contactando a delegação.

Tornar a inauguração da sede numa oportunidade de encontro de todos os sócios com a delegação de Setúbal, tal é a proposta que fazemos.

### PÔR FIM AOS SOBRESSALTOS

Ninguém vive em segurança, nem se empenha no melhoramento da sua casa se se sentir na eminência de ser objecto de uma acção de «despejo». Queremos com isto dizer que a inauguração da nova sede de Setúbal surge como uma resposta à situação de insegurança que a Delegação de Setúbal vivia em relação às suas instalações, pertença da União de Bancos Portugueses. «Vivíamos com o credo na boca», tal é a expressão com que o presidente da Delegação, José Rosa, resume a anterior situação. José Rosa refere-nos como surgiu a nova sede:

«Surge em 1974 uma comissão instaladora que ocupou estas instalações (a actual sede na Praça do Bocage), pertença da União dos Bancos Portugueses, e a primeira coisa que a Direcção então eleita quis fazer foi oficializar a sua permanência. A UBP tinha pago um trespasse elevadíssimo, tinha também o pagamento das rendas e não se dispôs nunca a proporcionar a legalização da situação, considerando-se assim que a delegação não possuía instalações próprias.

A UBP fez, entretanto, a proposta de adquirir um pavilhão bastante bom, posto à venda pelo pároco de Setúbal, sendo necessário só que o terreno para o instalar fosse encontrado. Posto o problema às diversas entidades quando a Câmara Municipal de Setúbal fez a cedência de um terreno, passado mais de um ano, já o pavilhão tinha sido vendido. Em alternativa, a UBP adiantou a oferta de 450 contos, o equivalente aos encargos com a compra e instalação do pavilhão.»

A anterior quantia foi encarada como a entrada para a compra de instalações próprias, tendo-se entrado em negociações para a aquisição do rés-do-chão do n.º 70 da Rua Almeida Garrett. A UBP não cumpriu ainda a sua promessa, mas lançados os dados não se voltou mais atrás e a nova sede tornou-se uma realidade. São assim três os grandes motivos, conforme José Rosa, que levaram à aquisição da futura sede:

- 1.º — A delegação não possuía instalações próprias.
- 2.º — A UBP não proporcionou a legalização da situação actual.
- 3.º — A UBP adiantou a proposta da oferta de 450 000\$00 para resolver a situação.

Adquiridas por dois mil e quatrocentos contos, tendo a escritura sido feita em Fevereiro de 1982, o valor actual das novas instalações rondará já os quatro mil contos. Aguarda-se entretanto a prestação pela UBP do seu compromisso.

### DA ANTIGA PARA A NOVA SEDE

Embora localizada no «coração» de Setúbal, a antiga sede, um pouco sombria, húmida e sujeita a inundações, mostrava-se pouco convidativa, praticamente desconfortável. Constituída por uma única sala, relativamente ampla, encontra-se à entrada a secretária do sr. Faria, para atendimento dos sócios, há uma mesa de ping-pong e encontra-se instalado um pequeno bar, a um canto, ao fundo, junto ao qual se alinham algumas mesas de café.

### SETÚBAL

#### PROGRAMA — 11 DE DEZEMBRO

#### INAUGURAÇÃO DA SEDE

#### FESTA DE NATAL-83

**9.00 — Concentração junto ao Pavilhão do Clube Naval Setubalense \***

— Início da Manhã Desportiva:

• Futebol de Salão (Equipa da Del. de Setúbal)

• Basquetebol em cadeira de rodas ADFA-ALCOITÃO

• Demonstração de tiro com arco.

**11.00 — Actuação de palhaços, distribuição de guloseimas às crianças e sorteio de prémios.**

**12.00 — Visita à sede e inauguração da sede.**

**13.00 — Almoço-Convívio.**

NOTA: A inscrição das crianças para a Festa de Natal deve ser feita até ao dia 3 de Dezembro. O preço do almoço rondará os quinhentos escudos para adultos e duzentos e cinquenta escudos para as crianças.

\* O Pavilhão do Clube Naval Setubalense fica situado junto à Doca de Recreio, por trás do Mercado Municipal.

A nova sede, um rés-do-chão de um edifício recente com vários pisos, destinado a lojas, fazendo gaveto com a Rua Almeida Garrett e a Travessa do Bonfim, é constituída fundamentalmente por uma pequena sala, destinada ao funcionamento da secretaria e a reuniões de trabalho, e por uma sala bastante ampla, onde serão instalados um pequeno bar, uma delegação da oficina da ADFA de próteses, do Porto, uma biblioteca e uma mesa de ping-pong.

A nova sede também se pode considerar bem localizada, pois está muito próxima da estação central de Caminhos-de-Ferro de Setúbal e perto da garagem da Rodoviária Nacional. Também o parque do Bonfim, um dos melhores parques de Setúbal é quase contíguo.



A NOVA SEDE DA DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

A situação ao nível de rés-do-chão é vantajosa, visto permitir a eliminação das barreiras arquitectónicas, o fácil acesso do público à ADFA e a afirmação da presença da ADFA junto da população, em Setúbal. Também a situação de gaveto permite a existência de duas entradas e uma iluminação natural muito boa.

### NOVAS PERSPECTIVAS

José Rosa considera que a nova sede abre novas perspectivas. Um dos aspectos que vai desenvolver-se mais, futuramente, é o convívio entre os sócios e com todos os amigos dos sócios e da ADFA pois as novas instalações, bastante confortáveis, serão convidativas. *E do mesmo convívio, muito há depois a esperar.* Um bom televisor irá ajudar, assim como o jogo de damas, o xadrez, a realização de torneios, e o ténis de mesa.

Também o funcionamento duma loja de vendas da oficina de prótese, do Porto, constituirá um serviço aos sócios e a todos os deficientes de Setúbal e permitirá que a delegação caminhe para a autosuficiência financeira.

A biblioteca e a realização de manhãs infantis poderão trazer também os filhos dos sócios à delegação.

Contando com duas centenas de sócios, praticamente todos com as quotas em dia, dos quais 50 a 70 vivendo em Setúbal e cerca de 50 por cento rurais, o dinamismo da delegação de Setúbal já esteve patente na realização de campanhas de mentalização de toda a população, ao nível das fábricas, estaleiros, grupos desportivos, sindicados; na colocação de deficientes desempregados, na realização de um Festival de Ginástica e de um Sarau Cultural dirigidos à população de Setúbal. As festas de Natal também têm tido um certo gabarito e ainda, no passado Verão, um piquenique promovido pelos sócios sadinos mereceu destaque no ELO.

Decerto a nova sede vai constituir um factor de dinamização dos sócios da delegação de Setúbal, que já conta com uma equipa de futebol de salão e uma outra de pesca desportiva, e contribuir para a afirmação do espírito associativo de que nos falou José Rosa:

*O espírito associativo que se idealizou para a nossa associação não se realizou ainda, nem aqui, nem em nenhum lado. E é o projecto fundamental de todos os órgãos sociais fomentar tal associativismo. Só pela participação de todos é possível construir uma ADFA forte e unida.*

### IMPrensa RÁDIO E TELEVISÃO

#### FAZEM COBERTURA DO 9.º ANIVERSÁRIO

RDP 1 — «Dia Tónico»

Depois das sete e quinze, a «efeméride» do dia vinte e três é dedicada ao «ELO».

RTP 1 — Programa «VIDA» 12 horas

Este programa de quinze em quinze dias é dedicado à problemática da reabilitação. No dia 23 será feita uma entrevista a um director da ADFA.

RR — Programa «Clube de Casa», entre as quinze e as dezoito

### REPRESENTAÇÕES DIVERSAS

#### ACEITAMOS

TELEFONE 226 09 22

## AOS SÓCIOS — REFLEXÃO

Em vésperas das comemorações do décimo aniversário da nossa ASSOCIAÇÃO, queríamos, num breve lance, realçar o esforço criador dos sócios que, na madrugada de ABRIL materializaram um sonho de anos que as figuras esclerosadas do antigo regime, telmosamente, não queriam deixar nascer.

Por não ser um sonho utópico mas antes uma necessidade premente dos que, nos Hospitais Militares, aguardavam, não sem algum desespero, o direito de serem considerados GENTE, a ADFA nasceu e cresceu como uma explosão fulgurante de lava aglutinadora que, passados dez anos, se mantém firme e possessiva dos direitos alcançados e determinada para o futuro.

Quando arrancámos para o projecto que é hoje a ADFA, contávamos apenas com a nossa determinação, mas cedo nos apercebemos que outros braços, povo anónimo, estavam connosco para nos incentivar e apolar no processo difícil da Reabilitação e Reintegração Social.

Talvez, por termos crescido muito rapidamente, tenhamos perdido um pouco o sentido do associativismo que se constrói pedra a pedra, fruto do nosso esforço, passando, muitos de nós, a ver a ADFA como algo importante para a resolução dos nossos problemas, mas pensando, erradamente, que ela pode subsistir fora de nós.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas foi, e será grande na razão directa do empenhamento dos seus sócios e por vezes é necessário reflectir um pouco sobre esta condição, que, a não verificar-se, anula a existência da Associação enquanto tal.

Esta breve evocação da nossa existência como ADFA vem a propósito da necessidade do reforço de militância de todos nós em torno do projecto que iniciámos em 14 de Maio de 1974 e cuja concretização passa essencialmente por nós, através de formas concretas de participação nas várias áreas de actividade da ADFA.

A quotização, por exemplo, é uma das formas de participação associativa que até ao presente se tem revestido dum carácter quase simbólico, tendo em atenção os altos encargos que a ADFA suporta com a prestação de serviços aos associados nas mais diversas áreas.

Nem tudo, felizmente, mas uma parte muito substancial da vida das pessoas e das organizações passa pelo dinheiro e é também do «vil metal» que neste momento teremos que falar a propósito da nossa Associação.

Como todos sabemos e já é vulgar falar-se da crise generalizada que também afecta a ADFA e como não aceitamos «mortes prematuras» há que enfrentá-la e não arrepiar caminho.

De resto, como já afirmámos, a existência da ADFA passa pelo querer dos associados, e também na questão económica se trata duma realidade que todos nós temos que enfrentar e que a partir de agora tem que começar a passar mais substancialmente pela bolsa de cada um.

O aumento de quotas toma-se uma necessidade urgente, devendo constituir a sua cobrança uma fonte de receita significativa para o orçamento de 1984, de molde a evitarem-se roturas graves que podem pôr em risco uma parte significativa dos serviços que prestamos aos associados. Pretendemos que em 1984 as receitas de quotas sejam suficientes para garantir os encargos de funcionamento das estruturas administrativas das Delegações e garantir, na maioria delas, que seja ainda possível um contributo para as despesas de âmbito nacional, como encargos com pessoal e Jomal «ELO».

Na próxima Assembleia Geral Nacional, a realizar na primeira quinzena de Janeiro do próximo ano, será apresentada pela Direcção Central, via Conselho Nacional, uma proposta de aumento substancial da quotização, pelo que fica já aqui o alerta ao qual todos iremos dizer presente.

Nunca é agradável sermos confrontados com a necessidade de abrir os cordões à bolsa, mas neste caso a reacção será muito mais psicológica do que real. Sem grande margem de erro, se calhar o custo de duas cervejas será suficiente para pagar a quota mensal e se encarmos o aumento de quotas dentro da perspectiva das pequenas despesas pessoais que todos os dias fazemos toma-se insignificante a quota que pagamos, em contraposição com a garantia e a prestação de serviços que todos recebemos da ADFA.

# 9 ANOS DE LUTA NUM PALÁCIO COM 500 ANOS DE HISTÓRIA

As comemorações do Jornal «Elo» coincidem com outro facto da máxima importância para a vida da ADFA: a ocupação do Palácio da Independência. O palácio é o centro nervoso da actividade da associação, situado no coração de Lisboa, ele tem sido um dos principais veículos para retirar os deficientes dos «buracos» escondidos colocados em locais estrategicamente estudados, de forma que os «aleijadinhos» não incomodem com a sua presença a boa consciência dos pacatos cidadãos. A razão atrás invocada parece-nos ser uma das principais razões porque se pretende transferir a sede da ADFA para um local mais longo talvez lá para a Alameda das Linhas de Torres. A firme decisão da ADFA em exigir que essa transferência não se faça com prejuízo da sua actividade tem impedido que tal se concretize. Há por outro lado reivindicações de outras organizações que baseadas em motivações de ordem histórico-jurídica se consideram como os legítimos ocupantes do Palácio da Independência: é nomeadamente o caso da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. A fim de dar uma melhor inserção dos nossos leitores neste problema faremos uma breve retrospectiva do passado deste monumento nacional.

do uma quinta romana: em escavações efectuadas em 1898 foi encontrada uma lápide romana, em frente da fachada Oriental do Teatro D. Maria II, a lápide fiz:

— *Aos Deuses Manes. Lucrécia Patrícia [falecida aos] 39 anos de idade, mandou erigir este monumento em sua vida.*

O palácio terá sido construído no século XV. Em «Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa» pode ler-se: «Foi no século XV, em 1467, que D. Fernando de Almada, filho do 1.º conde de Avranches, comprou umas casas às portas de Santo Antão.

O palácio foi sucessivamente ampliado no séc. XVI, restaurado no século XVII, reedificado no século XVIII e, finalmente, restaurado e reintegrado, quanto possível na sua feição seiscentista, em 1940, quando foi adquirido para o Estado.»

A entrada para o interior do palácio faz-se por um portal seiscentista emoldurado e sobrepósito de janela de balaústres a guarnecerem a janela central; por sobre esta pode ver-se o braço com as armas dos Avanches e Almadas. Os pátios contêm alguns elementos quinhentistas: as chaminés e quatro portais manuelinos, que imprimem uma certa ligeireza ao estilo marcadamente clássico do conjunto do edifício caracterizado por: linhas geométricas bem delineadas; portais ladeados de colunas, arcos de volta perfeita; painéis de azulejos setecentistas que se podem ver no pátio superior. O todo, resulta um conjunto muito gracioso com um «toque» medieval que já foi utilizado como cenário de uma peça teatral aí realizada, este ano, pelo Grupo de Teatro D. Maria II.

O palácio com quinhentos anos de existência tem sido palco de vários acontecimentos de grande importância para a nossa história.

Num pequeno recanto do que outrora fora um jardim — devorado no princípio do século por uma central eléctrica, a primeira a funcionar em Lisboa — podemos hoje observar uns painéis de azulejos alusivos à «Restauração» ali mandados colocar por D. Antão de Almada, em 1774.

No palácio dos Condes de Almada reuniram-se os conjurados que iam parlamentar com o Duque de Bragança a fim de o convencerem a apoiar a Restauração da Independência Nacional, — desde 1580 subjugada ao jugo dos reis espanhóis — tal viria a acontecer no dia 1 de Dezembro de 1640.

Em 1861 foi criada a Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 que contou entre os seus membros com a Alexandre Herculano. Desde 1870 que esta comissão começou a envidar esforços para adquirir o Palácio da Independência. Com o objectivo de satisfazer este objectivo foi criado em 19 de Agosto de 1925 o «Selo da Independência de Portugal» cujos lucros reverteriam para a compra do palácio pelo Estado. Entretanto em 1927 a Comissão da Independência transformou-se em Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP).

Em 1939 quando das comemorações dos centenários, foi criado o Fundo do Palácio da Independência, para o qual reverteriam os produtos da venda dos selos, os da subscrição do SHIP e os donativos dos portugueses do Brasil. O palácio foi finalmente adquirido aos condes de Almada que o fizeram contrariados pois auferiam grandes rendimentos dos alugueres que faziam do palácio a vários comerciantes, não sendo o preço por ele pedido aceite pelo Estado. O juiz determinou um preço e foi obrigado a vendê-lo ao Estado que o pôs à disposição da SHIP e da Mocidade Portuguesa.

A M. P. como é sabido foi extinta após o 25 de Abril de 74. O palácio foi invadido pelo povo que causou alguns estragos em valores culturais existentes. Em 23 de Novembro de 1974 a ADFA consegue autorização para utilizar o palácio. Primeiramente apenas com 2 salas, o crescimento em flecha do número de sócios e da multiplicidade de tarefas obrigou-nos a ter de ir progressivamente ocupando outras salas.

A Sociedade Histórica com quem temos boas relações de vizinhança, continua nas mesmas instalações que lhes foram concedidas em 1940.

Houve algumas propostas de se fazer um museu da Independência, e das guerras: Peninsular, da Restauração e da 1.ª Grande Guerra. Se se pretende um museu sobre as guerras em que Portugal participou então os deficientes das Forças Armadas são um «museu vivo» de uma guerra, justa ou injusta, a guerra colonial faz parte da História e mais do que isso, os DFAS como vítimas vivas dela não podem ser impedidos de se organizarem e defenderem as suas regalias e a sua inserção na sociedade como membros de pleno direito conforme vem consagrado na Constituição.

# PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES

SÁBADO, 19 DE NOVEMBRO

11.30	Futebol de Salão	ADFA Associação Portuguesa de Surdos
15.00	Corrida em Cadeiras de Rodas	Individual Equipas
16.00	Abertura da exposição fotográfica comemorativa do 9.º aniversário	
16.30	Abertura e visita à mostra de material Filuminista	Colaboração de vários Filuministas e fosforeiros portugueses
17.00	Entrega de prémios	
<b>QUARTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO</b>		
19.30	JANTAR DE CONVÍVIO	Sócios, familiares e amigos

# O SIGNIFICADO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1974 NA ADFA

No dia 23 de Novembro comemora-se o aniversário do «Elo». Foi no 23 de Novembro de 1974 que, pela primeira vez, a voz da ADFA se manifestou em letra de forma, ganhou expressão pública e ficou para ser revida, hoje e sempre. O testemunho do sentir e das aspirações dos Deficientes das Forças Armadas foi, pois, lavrado, pela primeira vez, no número zero do «Elo», do nosso jornal, que há 9 anos é companheiro inseparável de todos nós.

Mas o dia 23 de Novembro reveste-se ainda de outro significado associativo. Foi em 23 de Novembro de 1974, precisamente no dia da publicação do primeiro número do «Elo», que se realizou a primeira grande Assembleia Geral Nacional da Associação e uma das mais importantes de sempre. Grande, porque o salão nobre foi insuficiente para conter as centenas de sócios participantes, o que, na história da ADFA, apenas se viria a repetir mais duas ou três vezes. Importante, porque foi a primeira expressão de descontentamento, determinação e luta do mais importante órgão da ADFA.

Estava-se numa altura em que a ADFA ainda não tinha sido encarada em função da sua real dimensão e força por parte dos poderes constituídos de então. As reivindicações da Associação passavam de mão em mão, não sabendo a ADFA quem era o seu interlocutor. Passados 7 meses sobre o 25 de Abril, mantinha-se, no âmbito dos departamentos de Estado, quanto ao tratamento dos problemas dos deficientes, o vazlo de antigamente. A ADFA tinha apresentado um caderno reivindicativo em fins de Maio, exigindo a revisão da legislação existente e ninguém o assumia. Os Deficientes das Forças Armadas eram uma autêntica bola de pingue-pongue, reconheciam-no as próprias autoridades.

A situação ia sendo desesperante. A Direcção da ADFA de então desdobrava-se em contactos e os resultados era nulos. No Portugal de Abril, a ADFA era uma força acarinhada pela população, mas incómoda e encarada com alguma desconfiança pelos poderes constituídos e pelas próprias forças políticas.

A falta de resposta às reivindicações de carácter legislativo juntava-se o problema da sede.

A Associação começou por ocupar, no dia 16 de Maio de 1974, uma sala (a actual biblioteca) no Palácio da Independência, por cedência do Movimento das Forças Armadas, quem o Palácio —, dantes sede da Mocidade Portuguesa, tinha sido simbolicamente entregues no dia 26 de Abril pela população de Lisboa que o ocupou. Implantando-se e crescendo a Associação vertiginosamente, essa sala tornou-se exigua. Uma segunda sala (actual sala de convívio), depois numa terceira (actual contencioso), uma quarta e uma quinta foram sendo cedidas, mas a muito custo.

A ADFA foi coexistindo aqui no Palácio com a Comissão de Extinção da Mocidade Portuguesa. À medida que esta fazia vagar as

instalações, a Associação crescia necessitando, por consequência, de mais espaço. O espaço ocupado pela organização fascista, agora cedido às Forças Armadas de Abril, nada mais sucedeu. A Comissão Militar da República Portuguesa terá de lutar para não ceder mais a ADFA cumprindo com rigor e em serena parecia.

Começou deste modo a luta pela Sede. O Palácio da Independência quer outras instalações, condições vindicava a ADFA. Os seus altos níveis nesse sentido infrutíferos.

Foi assim que em 23 de Novembro numa grande Assembleia Nacional dos sócios da ADFA, na qual se elevou, se reuniram para discutir formas de luta aberta, ram, Assembleia memorável, o Palácio da Independência, colocou a sua sob a directa responsabilidade do Estado. Deste facto e do conteúdo quanto às reivindicações reivindicadas decidiram ir à frente. Primeiro Ministro a S. Bento.

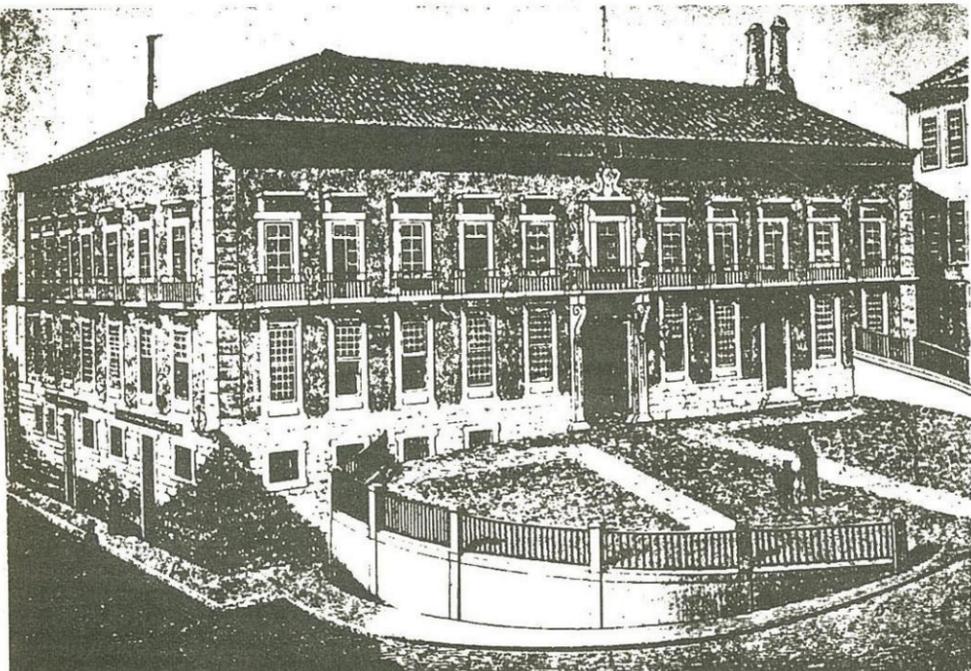
Foi uma grande manifestação, com o apelo e carinho da população, mais de uma hora se com os membros das Forças Armadas. Foi a essas pessoas que o «Elo» foi distribuído, num dia de

Tudo correu de forma normal. O Primeiro Ministro, General Gonçalves, recebeu a ADFA e compreendeu, finalmente, as reivindicações.

Foi a primeira prova de coragem dos Deficientes das Forças Armadas. A partir daí começaram a ser tomadas decisões legislativas e a questão passou a ser tratada de forma frontal, na base. A ADFA só saíra do Palácio das condições dignas.

Esta a primeira luta da ADFA, centrada exclusivamente em objectivos e nas aspirações dos deficientes. Uma luta bem sucedida, que não totalmente bem conduzida, mas verdadeiramente deturpada, deturpação que amarela a ADFA ainda no próprio dia 23 de Novembro de 1974 quando um Conselho de Rádio Clube Português, à noite, classificou a ADFA como deficientes das Forças Armadas e ao serviço das forças armadas dos primeiros amargos desta obstinação da ADFA. Os membros de Abril por sua vez foram fortemente evidenciados.

Aqui ficam alguns factos do dia 23 de Novembro de 1974 a ADFA ainda não escrita e



LISBOA — PALACIO DA INDEPENDENCIA

(De uma gravura do «Ocidente»)

# NOVAÇÕES

...ião do Belenenses,  
elo

Saldanha  
Rossio

...E  
...de convívio

...E  
...de entrada

...E  
...de convívio

...E  
...de refeições

# NOEMBRO

...ociação crescendo e  
...onsegui, de as ocupar.  
...lo poria organização  
...do a força do Portu-  
...nais ló. Mas assim não  
...ão Ligária da Moc-  
...terá roido instruções  
...ais saã ADFA, o que  
...r e aom satisfação,

...e mod problema da  
...Independência ou qual-  
...ções, recondiçnas, rei-  
...Os cortos até ao mais  
...tido folntrufiferos.

...23 de dezembro de 1974,  
...mblelatal Nacional, os  
...na altura em número  
...am e idiram adoptar  
...rta. Daram, nessa As-  
...rel, oca o Palácio da  
...locano, a partir daí,  
...onsabite da Associa-  
...e do contentamento  
...ações nativas não sa-  
...lr danheimento ao  
...S. Bento manifestação.

...manifção, que colheu  
...da popão que durante  
...se cruzom os Deficien-  
...adas, assio a S. Bento.  
...as quelumero zero do  
...numação alargada.  
...forma lra, mas deter-  
...o Minis General Vasco  
...u a Dição da ADFA e  
...lmente justiça das suas

...prova força dos Defi-  
...Armaabem sucedida.  
...aram negociações no  
...isa Natal sobre nova  
...stão dae passou tam-  
...a pelospnsáveis de  
...ase dea a Associação  
...o da Independência para  
...nas.

...luta ppa da Associa-  
...clusivamente nos seus  
...spirações deficientes.  
...edida, parte, porque  
...situaçãogustante, mas  
...m comendida ou dell-  
...pada, empreensão ou  
...margate a ADFA co-  
...óprio 23 de Novembro  
...m local (insuspeito) do  
...guês, volta da meia  
...manifção dos Defi-  
...Armadao Inoportuna  
...rças dação. Este um  
...irgos doca (ou lição)  
...a ADFA mlihar os cami-  
...sua pta orientação,  
...lada latese o início.  
...ns traca propósito do  
...e 1974, a história da  
...crita e necessária.

# Ei-lo trajando de novo p'lo direito liberto nas linhas que forma o acto ADFA corpo impresso. Movimenta. A vida

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS  
DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

9.º Aniversário  
23.11.83

*Augusto Abelaira*

## ELO — 115 NUMEROS — ELO

Ao fazermos este número do ELO, ELO que vai ser distribuído na data em que há nove anos se publicou o primeiro número, o tão promissor n.º 0, registamos com agrado que o ELOs então criado abriu uma cadeia que não mais se fechou e ao promissor n.º 0 seguiram-se até hoje mais 114 Elos. Não deixa de ser uma cadeia tanto mais significativa quanto os problemas dos deficientes têm andado arredados das páginas da imprensa e dos outros órgãos de comunicação social.

Ao folhear os cento e quinze números do ELO já saídos, não posso deixar de expressar os meus parabéns a todos aqueles que têm mantido vivo o ELO, que têm desenvolvido o ELO, que fizeram do ELO um elo forte entre todos os associados da ADFA, que criaram no ELO o documento informativo mais importante sobre a luta dos deficientes em Portugal, nos últimos nove anos.

De publicação inicialmente quinzenal, apresentando seis ou oito páginas e passando após o número 44, de Janeiro de 1977, a mensal, com 12 páginas regularmente, o ELO tem sido o elemento primordial de ligação entre os sócios, espelho das suas lutas e aspirações. O seu papel no combate dos sócios pelos seus direitos tem sido imprescindível, como o mostraram a saída de **7 NUMEROS ENTRE 15 DE SETEMBRO E 15 DE NOVEMBRO DE 1975**, momento alto da **LUTA DOS DFAs** pela saída de legislação que reconhecesse os seus direitos, legislação que tardava em sair, após a instauração da democracia no nosso País, na madrugada de 25 de Abril de 1974, legislação ainda hoje a rever e melhorar, de modo a contemplar todos os DFAs justamente. Soube então o ELO responder **PRONTO! À CHAMADA DOS SÓCIOS E CHAMAR TODOS OS SÓCIOS ÀS FILEIRAS DA ADFA**. Há-de também responder **PRONTO!** a todas as chamadas futuras, dizendo aos sócios **CONTA COMIGO! CONTAMOS CONTIGO**.

Há também números especiais que merecem destaque. Lembro o n.º 71, comemorativo do 5.º Aniversário do 25 de Abril e da Fundação da ADFA, número com um belo suplemento infantil a cores e com o registo da preciosa colaboração de amigos da ADFA, como Augusto Abelaira, Bernardo Santareno, arquitecto João Ribeiro de Carvalho, Raul Rego, Sophia de Mello Breyner Andersen, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Lourenço. Foi o n.º 100, coincidente com o 8.º aniversário do 25 de Abril e da ADFA, em 1982, que apresentou um importante desenvolvimento sobre a situação dos deficientes em Portugal e o Ano Internacional do Deficiente. E estando nós já em cima do 10.º Aniversário do 25 de Abril e da ADFA, 1984 está à porta, contamos que um novo número especial do ELO há-de vir a assinalar este tão significativo aniversário, esperando o ELO a participação de todos os sócios, leitores e amigos da ADFA.

Além de um espelho da vida associativa, das lutas, reivindicações e posições da ADFA, tem o ELO constituído um elemento importante no acompanhamento da situação e do movimento dos deficientes em Portugal e no lançamento do desporto para os DFAs e deficientes civis. Contributos para o desenvolvimento cultural e para a formação sócio-política dos sócios, têm sido dados também ao longo de todos os ELOs. Acompanhando a filiação da ADFA na FMAC, Federação Mundial dos Antigos Combatentes, já iniciou o ELO a publicação e divulgação de artigos sobre a paz, visando criar um movimento amplo da opinião pública, claro, informado e consciente, pelo desarmamento e pela paz, tendo aliás a informação pela paz constituído objecto de diversos números anteriores à filiação da ADFA na FMAC.

Quando entre os jornais sai um promissor n.º 0 (todos os n.º 0 são promissores e quantos não saíram já e se perderam!), bailam nos olhos dos seus fundadores esperanças e sobressaltos, estende-se aos leitores uma promessa a cumprir: **O ELO ESTÁ DE PARABENS: AS ESPERANÇAS MANTÊM-SE VIVAS, A PROMESSA CUMPRIU-SE.**

## O «ELO» HÁ 9 ANOS

Relendo o que há nove anos escrevemos sentimos hoje a actualidade do que então pensávamos.

No primeiro número do «Elo» (o número zero), publicado em 23 de Novembro de 1974, são definidas algumas das linhas fundamentais do que viria a ser a acção da ADFA nestes 9 anos. A Associação afirma-se nesse primeiro número do «Elo» com uma componente marcadamente social, tendo como objectivo a Integração social dos deficientes.

Pela leitura do primeiro do «Elo», nota-se que a problemática dos deficientes era então encadrada essencialmente em função do seu enquadramento social e mesmo político. Tinha a ver com o obscuro passado de que se tinha saído e com o promissor futuro em que se acabava de entrar. Para trás estava o fascismo, que os Deficientes das Forças Armadas denunciavam e acusavam como responsável por uma guerra que deveria ter sido evitada. À frente abria-se uma sociedade livre e democrática que se pretendia mais justa.

A denúncia do odioso regime derrubado pelos capitães de Abril foi uma tônica do primeiro número do «Elo». O Palácio da Independência, dantes sede da Mocidade Portuguesa (máquina ideológica do regime) e agora sede da ADFA (força activa de Portugal de Abril), foi motivo de reflexão para evidenciar a relação entre o fascismo e os Deficientes das Forças Armadas, aquele o único responsável pelo sacrifício destes.

O primeiro número do «Elo» foi lugar de acusação dum regime que, promovendo a guerra à revelia da vontade dos portugueses, destes pretendia esconder as consequências em mortos e feridos.

Escondidas que eram da opinião pública as consequências da guerra, os deficientes eram mantidos, deliberadamente, marginalizados. Depois do acidente, o deficiente militar sofria o seu segundo grande choque quando deparava com uma sociedade que o ignorava, não o compreendia e o rejeitava. Uma sociedade mentalizada para a não existência de deficientes de guerra não sabia lidar com estes quando os enfrentava. Condiçnadas por fortes tradições culturais, o único sentimento que as pessoas sabiam expressar era a caridade. Sentimento bem intencionado, de solidariedade, mas que, obviamente, não era aceite pelos deficientes.

Perante a falta de tratamento público da problemática dos deficientes, a marginalização finha-se avolumado, assente num paradoxo: as pessoas ao solidarizarem-se com os deficientes rejeitavam-nos.

No primeiro número do «Elo» aponta-se a necessidade de destruir esse mal-entendido, de garantir uma ligação plena entre os deficientes e a sociedade, numa base espontânea e mutuamente aceite, como via única para o reconhecimento de um estatuto de igualdade para as pessoas portadoras de deficiências.

Estava-se em tempo de corte com o passado e de construção acelerada do futuro. O povo português, como raríssimas vezes sucedeu na sua história, surgia no primeiro plano da cena política. Os Deficientes das Forças Armadas reclamavam-se elementos desse mesmo povo e com ele queriam empreender a tarefa de construção de uma nova sociedade. Sociedade que não poderia ignorá-los. Era necessário que contasse agora com a sua existência; que ouvisse a sua voz; que adoptasse formas de comportamento por eles próprios apontadas. Era necessário que a problemática dos deficientes fosse mais um dos problemas sociais com dimensão nacional enfrentado colectivamente.

Na altura, em Novembro de 1974, a tarefa fundamental da ADFA era operar essa transição entre a marginalização generalizada dos deficientes, como peso morto, e a sua integração, como elementos activos, na construção da sociedade do futuro, a qual, necessariamente, salvaguardaria os seus direitos e aspirações.

Este posicionamento da ADFA, reflectido no primeiro número do «Elo», assentava exclusivamente nas aspirações dos deficientes e na pureza dos ideais do 25 de Abril, totalmente alheio aos interesses partidários que na altura se faziam sentir em diferentes sentidos. Logo no número zero do «Elo» se faz referência a esta questão, recusando-se os Deficientes das Forças Armadas a serem objecto de qualquer aproveitamento político.

# AMA DAS COMEMORAÇÕES

## NOVEMBRO

Salão	ADFA Associação Portuguesa de Surdos	Salão do Belenenses, telo
Cadeiras de Rodas	Individual Equipas	Saldanha Rossio
exposição fotográfica sobre o 9.º aniversário		SE de convívio
visita à mostra Filuminista	Colaboração de vários Filuministas e fosforeiros portugueses	SE de entrada
prémios		SE de convívio
<b>23 DE NOVEMBRO</b>		
CONVÍVIO	Sócios, familiares e amigos	SE de refeições

## FICADO DO DIA 23 DE NOEMBRO DE 1974 NA ADFA

Novembro comemora-se o «Elo». Foi no 23 de Novembro a primeira vez, a voz da ou em letra de forma, gábrica e ficou para ser pre. O testemunho do sentir dos Deficientes das Forças lavrado, pela primeira vez, «Elo», do nosso jornal, que o seu papel inseparável de

de Novembro reveste-se significado associativo. Foi em 1974, precisamente no dia do primeiro número do jornal da Associação e importantes de sempre. Grande nobre foi insuficiente para os sócios participantes, o a ADFA, apenas se viria a ou três vezes. Importante, pela expressão de descoberta e luta do mais da ADFA.

a altura em que a ADFA do encarada em função da ou e força por parte dos dos de então. As reivindicações passavam de mão para a ADFA quem era o seu chefe dos 7 meses sobre o 25 de Abril, no âmbito dos departamentos, quanto ao tratamento dos deficientes, o vazio de antiguidade apresentado um caderno em fins de Maio, exigindo a mudança existente e ninguém o apoio das Forças Armadas da bola de pingue-pongue, as próprias autoridades. sendo desesperante. A Dile então desdobrava-se em utilizados era nulos. No Portugal era uma força acarinhada, mas incómoda e encarada desconfiança pelos poderes as próprias forças políticas. costava às reivindicações de vo juntava-se o problema

começou por ocupar, no dia 23 de Novembro de 1974, uma sala (a actual sala do Palácio da Independência, por iniciativa das Forças Armadas) —, dantes sede da Associação, tinha sido simbolicamente no dia 26 de Abril pela primeira vez ocupada. Implantando a Associação vertiginosa tomou-se exígua. Uma actual sala de convívio), de facto (actual contencioso), uma sala foram sendo cedidas, e

existindo aqui no Palácio da Extinção da Mocidade a ideia que esta fazia vagar as

instalações, a Associação crescendo e necessitando, por conseguinte, de as ocupar. O espaço ocupado pela organização fascista, agora cedido a força do Portugal de Abril, nada mais foi. Mas assim não sucedeu. A Comissão Legislativa da Mocidade Portuguesa terá recebido instruções para não ceder mais sala ADFA, o que cumprido com rigor e com satisfação, parecia.

Começou deste modo problema da Sede. O Palácio da Independência ou quaisquer outras instalações, recondições, reivindicava a ADFA. Os cortes até ao mais alto nível nesse sentido foram infrutíferos.

Foi assim que em 23 de Novembro de 1974, numa grande Assembleia Nacional, os sócios da ADFA, na altura em número elevado, se reuniram e decidiram adoptar formas de luta aberta. Foram, nessa Assembleia memorável, ocuparam o Palácio da Independência, colocando, a partir daí, sob a directa responsabilidade da Associação. Deste facto e do contentamento quanto às reivindicações feitas não satisfeitas decidiram ir directamente ao Primeiro Ministro a S. Bento manifestação.

Foi uma grande manifestação, que colheu o apoio e carinho da população que durante mais de uma hora se cruzou os Deficientes das Forças Armadas, com a S. Bento. Foi a essas pessoas que o número zero do «Elo» foi distribuído, numa ação alargada.

Tudo correu de forma pacífica, mas determinada. O Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, recebeu a Direção da ADFA e compreendeu, finalmente, a justiça das suas reivindicações.

Foi a primeira prova de força dos Deficientes das Forças Armadas bem sucedida. A partir daí começaram negociações no Ministério da Defesa Nacional sobre nova legislação e a questão passou também a ser tratada pelos responsáveis de forma frontal, na base da Associação só sairia do Palácio da Independência para instalações condignas.

Esta a primeira luta da Associação, centrada exclusivamente nos seus objectivos e nas aspirações deficientes. Uma luta bem sucedida, porque desbloqueou uma situação angustiante, mas não totalmente bem conseguida ou deliberadamente deturpada, compreensão ou deturpação que amargou a ADFA conheceu ainda no próprio dia 23 de Novembro de 1974 quando um locutor (insuspeito) do Rádio Clube Português, volta da meia noite, classificou a manifestação dos Deficientes das Forças Armadas inoportuna e ao serviço das forças do regime. Este um dos primeiros amargos (ou lições) desta obstinação da ADFA, trilhar os caminhos de Abril por sua própria orientação, fortemente evidenciada desde o início.

Aqui ficam alguns traços da história do 23 de Novembro de 1974, a história da ADFA ainda não escrita e necessária.

**E** -lo trajando de novo p'lo direito  
**E** -liberto nas linhas que forma o acto  
**E** -ADFA  
**E** -corpo impresso. Movimenta. A vida

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS  
DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

9.º Aniversário  
23.11.83

**ELO — 115 NUMEROS — ELO**

Ao fazermos este número do ELO, ELO que vai ser distribuído na data em que há nove anos se publicou o primeiro número, o tão promissor n.º 0, registamos com agrado que o ELO então criado abriu uma cadeia que não mais se fechou e ao promissor n.º 0 seguiram-se até hoje mais 114 Elos. Não deixa de ser uma cadeia tanto mais significativa quanto os problemas dos deficientes têm andado arredados das páginas da imprensa e dos outros órgãos de comunicação social.

Ao folhear os cento e quinze números do ELO já saídos, não posso deixar de expressar os meus parabéns a todos aqueles que têm mantido vivo o ELO, que têm desenvolvido o ELO, que fizeram do ELO um elo forte entre todos os associados da ADFA, que criaram no ELO o documento informativo mais importante sobre a luta dos deficientes em Portugal, nos últimos nove anos.

De publicação inicialmente quinzenal, apresentando seis ou oito páginas e passando após o número 44, de Janeiro de 1977, a mensal, com 12 páginas regularmente, o ELO tem sido o elemento primordial de ligação entre os sócios, espelho das suas lutas e aspirações. O seu papel no combate dos sócios pelos seus direitos tem sido imprescindível, como o mostraram a saída de **7 NUMEROS ENTRE 15 DE SETEMBRO E 15 DE NOVEMBRO DE 1975**, momento alto da **LUTA DOS DFAs** pela saída de legislação que reconhecesse os seus direitos, legislação que tardava em sair, após a instauração da democracia no nosso País, na madrugada de 25 de Abril de 1974, legislação ainda hoje a rever e melhorar, de modo a contemplar todos os DFAs justamente. Soube então o ELO responder **PRONTO! A CHAMADA DOS SÓCIOS E CHAMAR TODOS OS SÓCIOS ÀS FILEIRAS DA ADFA**. Há-de também responder **PRONTO!** a todas as chamadas futuras, dizendo aos sócios **CONTA COMIGO! CONTAMOS CONTIGO**.

Há também números especiais que merecem destaque. Lembro o n.º 71, comemorativo do 5.º Aniversário do 25 de Abril e da Fundação da ADFA, número com um belo suplemento infantil a cores e com o registo da preciosa colaboração de amigos da ADFA, como Augusto Abelaira, Bernardo Santarém, arquitecto João Ribeiro de Carvalho, Raul Rego, Sophia de Mello Breyner Andersen, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Lourenço. Foi o n.º 100, coincidente com o 8.º aniversário do 25 de Abril e da ADFA, em 1982, que apresentou um importante desenvolvimento sobre a situação dos deficientes em Portugal e o Ano Internacional do Deficiente. E estando nós já em cima do 10.º Aniversário do 25 de Abril e da ADFA, 1984 está à porta, contamos que um novo número especial do ELO há-de vir a assinalar este tão significativo aniversário, esperando o ELO a participação de todos os sócios, leitores e amigos da ADFA.

Além de um espelho da vida associativa, das lutas, reivindicações e posições da ADFA, tem o ELO constituído um elemento importante no acompanhamento da situação e do movimento dos deficientes em Portugal e no lançamento do desporto para os DFAs e deficientes civis. Contributos para o desenvolvimento cultural e para a formação sócio-política dos sócios, têm sido dados também ao longo de todos os ELOS. Acompanhando a filiação da ADFA na FMAC, Federação Mundial dos Antigos Combatentes, já iniciou o ELO a publicação e divulgação de artigos sobre a paz, visando criar um movimento amplo da opinião pública, claro, informado e consciente, pelo desarmamento e pela paz, tendo aliás a informação pela paz constituído objecto de diversos números anteriores à filiação da ADFA na FMAC.

Quando entre os jornais sai um promissor n.º 0 (todos os n.º 0 são promissores e quantos não saíram já e se perderam!), bailam nos olhos dos seus fundadores esperanças e sobressaltos, estende-se aos leitores uma promessa a cumprir. **O ELO ESTÁ DE PARABENS: AS ESPERANÇAS MANTÊM-SE VIVAS, A PROMESSA CUMPRIU-SE.**

## REPORTAGEM NO PRÓXIMO NÚMERO DO ELO

## CENTRO DE REABILITAÇÃO RURAL DE RANHOLAS

Iniciaram-se em 14 de Novembro mais dois cursos de reabilitação rural, um de horticultura e outro de jardinagem e floricultura, no Centro de Ranholas, Sintra, centro de reabilitação do Ministério do Trabalho. É o quinto curso de horticultura ali ministrado e o primeiro de jardinagem e floricultura (com trabalho em estufas).

O Centro de Ranholas foi inaugurado na recta final do Ano Internacional de Deficiente, em 1981, e nos quatro cursos já ali realizados obtiveram aproveitamento 35 pessoas deficientes, das quais 75% obtiveram colocação profissional. Para a frequência dos cursos, com a duração de seis meses, os alunos-estagiários são remunerados com um subsídio equivalente ao salário mínimo nacional e receberam assistência médica e medicamentosa. Para a fre-

quência dos cursos, as pessoas deficientes devem dirigir-se aos Centros do Serviço Nacional de Emprego.

Dadas as perspectivas que o trabalho rural oferece no domínio da reabilitação

profissional, o elevado número de sócios da ADFA que são rurais, e a carência de técnicos neste sector em Portugal, o ELO vai publicar uma reportagem desenvolvida sobre o Centro de Reabilitação Rural de Ranholas.



Aluno de um curso de horticultura, amputado de um braço, aprende a conduzir um tractor.



A presença de um tractor na sala de aulas do curso, para as lições de mecânica, evidencia o carácter prático do curso de horticultura.

## CARTÕES DAS ADM'S UM DIREITO QUE NOS ERA DEVIDO

Como é do conhecimento dos sócios, de acordo com várias notícias publicadas nos últimos números do «ELO», depois de ganhar a batalha da assistência médica e medicamentosa, na qual a ADFA se vinha empenhando como, aliás, era sua obrigação, poderão finalmente os deficientes das Forças Armadas, independentemente do grau de incapacidade ou da situação legislativa em que se encontram seja campanha, serviço ou pensionistas de preço de sangue, usufruir deste direito.

Está uma das conquistas onde não existe diferenciação e todos são tratados de igual modo.

Várias centenas de cartões foram já passados através da ADFA — Sede e Delegação — continuando a dirigir-se diariamente à nossa Associação vários sócios para tratar dos cartões que lhe garantem o direito à ADME.

Dado o grande número de sócios que se dirigem à ADFA pedindo informações sobre a documentação para o efeito necessária, pensamos ser de todo o interesse voltar a referir os respectivos documentos.

Pertencia o falecido. Esta declaração tem sido obtida pela ADFA procurando assim simplificar aos associados a aquisição da documentação.

O prazo de entrega dos cartões tem vindo a aumentar gradualmente devido também ao, cada vez maior, volume de processo que temos vindo a entregar na ADME, pelo que a entrega de cartões à ADFA demora cerca de um mês.

Os sócios que eventualmente tenham urgência na obtenção dos cartões deverão dirigir-se directamente à ADME, sita na R. Rodrigo da Fonseca, em frente ao Liceu Maria Amália, em Lisboa, fazendo-se acompanhar da documentação indicada, uma vez que nos casos urgentes os cartões estão a ser entregues ao beneficiário no próprio dia.

Com o cartão da ADME os sócios e familiares têm direito a assistência médica gratuita nos Hospitais militares e civis e uma comparticipação nas consultas particulares no valor de 400\$00, devendo para o efeito fazer entrega dos recibos no C. A. de qualquer unidade militar.

Nos medicamentos têm um desconto de 75% em qualquer farmácia com receita dos médicos militares, civis ou particulares, devendo constar na referida. Assim, para os sócios com filhos menores de 18 anos é necessário:

- Certidão de casamento
- Certidão de nascimento dos filhos
- 2 fotos do sócio
- 1 foto da esposa
- 1 foto de cada filho com mais de dez anos
- Data de nascimento da esposa
- Cartão de lista vermelha ou verde.

As certidões atrás referidas devem ser pedidas para fins militares por não serem pagas para esse efeito.

Podem também inscrever-se na ADME as filhas maiores de 18 anos mediante a apresentação de um atestado da junta de Freguesia comprovativo de que o descendente vive a cargo do beneficiário titular, é solteira, não está empregada e não possui qualquer rendimento. Os descendentes maiores de 18 anos poderão inscrever-se desde que apresentem, além da documentação exigida aos menores, o certificado de matrícula escolar e declaração em como recebe abono de família da Caixa Geral de Aposentações.

No caso dos ascendentes, além das certidões e fotos é necessário um atestado da junta de Freguesia comprovativo dos rendimentos que auferem.

Para os Pensionistas de Preço de sangue torna-se necessário fotocópia da caderneta comprovativa e declaração do ramo a que receita o n.º do cartão da ADME.

Todas as restantes comparticipações são também recebidas no conselho Administrativo de qualquer Unidade Militar mediante a apresentação do necessário recibo e do cartão da ADME.

Os sócios pertencentes à Força Aérea ou à Armada terão que se dirigir aos respectivos ramos para a obtenção dos cartões de ADM'S fazendo-se acompanhar da documentação atrás indicada.

## A PHAB E OS DEFICIENTES EM INGLATERRA

(Continuação da pág. 4)

tipo de organização dos deficientes militares agora?

M. C. — Não sei muito acerca deles, porque não há muitas pessoas deficientes de guerra de agora, são todos pessoas idosas. Têm agora cerca de 60-70-80 anos e não são particularmente activos. Mas os deficientes de guerra têm pensões especiais.

## Transportes e barreiras — problema difícil

ELO — E quanto a transportes?

M. C. — É muito difícil. Utilizarmos os transportes públicos. Os comboios são muito bons.

ELO — Estão adaptados?

M. C. — Só em comboios interurbanos, mas temos pessoal ferroviário que nos ajuda muito e os deficientes viajam bem nos comboios. Os autocarros são muito difíceis. Há vários sistemas a ser implantados agora para os deficientes a que nós chamamos «porta a porta» e estamos a tentar trabalhar com uma organização à qual podemos chamar «táxi». Temos transportes comunitários e autocarros com elevador, em grande número.

ELO — Os novos edifícios são obrigatórios a ter acessos?

M. C. — Deviam ser, mas nem todos são. Nem mesmo todos os edifícios públicos, mas deviam ser, particularmente os sanitários tornam-se muito difíceis. É o maior problema.

## Reintegração profissional um objectivo

ELO — Para além das actividades propriamente recreativas, têm também actividades no que respeita à integração profissional?

M. C. — Sim, o Ministério para os Deficientes tem por missão ajudar as pessoas deficientes no seu emprego e nós temos Comissões ou

Grupos por todo o país cuja função é ajudar os deficientes a arranjar trabalho e encorajar os empregadores a darem trabalho aos deficientes.

ELO — Há muitos problemas para arranjar trabalho aos deficientes na Inglaterra?

M. C. — Sim, mas é difícil para todas as pessoas encontrarem trabalho no Reino Unido.

ELO — Mas há oficinas protegidas (suportadas) pelo Estado em Inglaterra?

M. C. — Sim, temos o «Emprego Imediato», chamamos-lhes «Emprego Imediato», mas nós realmente não vemos estas pessoas fazendo vulgarmente trabalho sem especialização. São muito importantes as fábricas com trabalho especializado para deficientes e há várias por todo o país.

ELO — Essas fábricas funcionam como escola?

M. C. — Não, são unidades de produção.

ELO — E Escolas Profissionais?

M. C. — Há algumas para adquirir conhecimento para a fábrica empregadora. Usam um programa de treinos para adultos onde fazem trabalhos muito simples e depois deixam a escola.

ELO — As fábricas são obrigadas a admitir uma percentagem de pessoas deficientes?

M. C. — Sim, uma empresa com mais de 50 pessoas tem de admitir 10% de deficientes.

## Desporto para todos

ELO — E acerca dos desportos?

M. C. — Sim, há para todos, em todas as modalidades.

ELO — Têm desportos federados, provas organizadas? Há competição?

M. C. — Sim, temos a Associação Britânica para o Desporto dos Deficientes, que é uma organização muito grande e forte.

ELO — Há provas oficiais?

Há clubes, temos competições.

ELO — O que pensa da competição desportiva para deficientes?

M. C. — Penso que há também um lugar para nós. É certo que é muito difícil comparar ao desporto dos não deficientes ou jogar contra eles.

ELO — Mas pensa que é bom ou mau?

M. C. — É muito bom, é bom ganhar, participar, pertencer a algo, praticar jogos.

ELO — Mas há quem pense que o desporto para o deficiente é apenas algo lúdico, para divertir.

M. C. — Não é correcto, eles treinam duramente, para participar correctamente. Eu pratico hipismo.

ELO — O que pensa que é melhor no que respeita a desporto para deficientes — haver clubes especiais para deficientes ou clubes mistos para deficientes e não deficientes?

M. C. — Clubes onde possamos ter as mesmas facilidades porque penso que é preciso separar equipas de deficientes para competirem com equipas de não deficientes, mas indo todas ao mesmo clube, tendo os mesmos jogos. Nós não temos um Centro Desportivo Especial para Deficientes, mas oficialmente há Centros

Desportivos para Deficientes.

## Internacionalizar o movimento de deficientes

ELO — Pertence o PHAB a alguma organização internacional?

M. C. — Bem, a nossa ideia é alargarmos-nos internacionalmente, espalhando-nos por mais países, alargando a nossa linha actual.

ELO — O que é o «Projecto Europeu para a União dos Clubes de Juventude de Deficientes e não-Deficientes»?

M. C. — É uma parte do PHAB onde nós estamos tentando juntar o PHAB e organizações similares internacionais, para que toda a gente tenha a mesma atitude para com os deficientes e juntar todas as organizações sob os mesmos objectivos, para que nos possamos visitar internacionalmente.

ELO — E em que países estão neste momento?

M. C. — América, Áustria, Canadá, Israel, Hong-Kong, Portugal, Finlândia, Japão e outros.

N. Redacção — Agradecemos a gentil colaboração de Fernando Borges Lopes na tradução da entrevista.

## ENVIADO A TODOS OS SÓCIOS O ELO DO 9.º ANIVERSÁRIO

Excepcionalmente e dado ser um número especial, foi o presente número do ELO enviado a todos os sócios, mesmo àqueles que têm mais de três meses de quotas em atraso.

Esperamos que, ao receberem este número, os sócios com quotas em atraso vejam nele um incentivo para regularizarem a sua situação.

## ANUNCIE NO «ELO»

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 3621 67/8/9 LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

# PÁGINA CULTURAL

## A REVOLTA DE 1640

### A USURPAÇÃO DA COROA

Em 1580 a coroa portuguesa foi usurpada à casa a que pertencia — o Ducado de Bragança — por Filipe II de Espanha e seus sucessores retiveram-na ilegalmente, durante sessenta anos.

A usurpação fizera-se pela força, mas jurando Filipe II respeitar as leis, foros e costumes do Reino de Portugal, cuja coroa ficava unida na mesma cabeça às coroas castelhana e aragonesa, mas cujo senhorio permaneceria independente. Filipe II de Espanha começou a faltar aos compromissos jurados, o seu sucessor resvalou para a tirania em que caiu Filipe IV.

Situa-se por alturas de 1620 a mudança radical que tende a apagar os privilégios do Reino de Portugal e a levá-lo, para além da unidade dinástica à unificação institucional; por conseguinte os conjurados de 1640, visam o regresso à forma legítima, o mesmo é dizer, tradicional, anterior a 1580, ou pelo menos a 1620, pondo termo a essa tirania em que tinham caído os soberanos da dinastia espanhola.

Para podermos entender a revolta de 1640, torna-se necessário fazer um exame à situação económica e social dos finais do século XVI e princípios do século XVII. As zonas onde os portugueses buscavam as riquezas, cobijadas desde há muito, não só pelos espanhóis, mas também por holandeses, franceses e ingleses, passam a ser sistematicamente o centro das investidas militares dos inimigos

de Espanha. As armadas portuguesas e espanholas lutam conjuntamente contra estas investidas para defesa de um império espanhol que atingiu o seu apogeu terrestre e marítimo em detracção do império português.

Com a interligação económica, surgia a penetração cultural. De longe vinha o bilinguismo e a cultura bilingue nas camadas dominantes: portugueses vão estudar a universidades espanholas e espanhóis fazem carreira nas portuguesas.

Nas camadas populares, existe uma profunda hostilidade: a sua situação deteriora-se francamente com a instabilidade do emprego, a indigência e a mendicidade.

Por outro lado, a nobreza e o alto clero estão abertos à corrupção espanhola (os grandes vendem-se porque estão sem dinheiro) e o medo das acções populares lançam-nos nos braços dos estrangeiros. A alta burguesia pretende com a união o reforço financeiro do estado e a conservação do comércio altamente rentável entre as colónias e os portos peninsulares.

Deste modo temos a nobreza, o alto clero e a burguesia comungando dos interesses que lhes adivinham da união dinástica, o que recebia a oposição das mesmas classes espanholas, por esta situação ir contra os seus naturais interesses.

Após a morte do Cardeal-Rei D. Henrique, D. António, Prior do Crato, descendente directo de D. Manuel I, aparece como potencial rei de Portugal e, reunindo

os poucos apoiantes que consegue, faz frente à candidatura de Filipe II de Espanha, neto por linha materna de D. Manuel I. Com o afastamento de D. António em 1580, Filipe II consegue ser aclamado rei de Portugal, apoiado por uma enorme lista de promessas de desenvolvimento e autonomia das duas coroas, mau grado o facto de a política externa passar a ser comum a Portugal e a Espanha. No entanto ficou estipulado que a administração ficava inteiramente nas mãos de portugueses, não podendo ser nomeados para quaisquer cargos da administração civil ou eclesiástica, defesa ou justiça, espanhóis. Somente membros da família real, muito próximos do rei, poderiam ocupar cargos de vice-reis ou governadores.

Houve deste modo, pode dizer-se, um período de confortável governação e de certa prosperidade para Portugal, sob o domínio de Filipe II de Espanha, Primeiro de Portugal.

Registaram-se a supressão das barreiras alfandegárias entre os dois países, permitindo uma circulação comercial vantajosa. O tesouro mostrava-se relativamente equilibrado e o império conservava-se. Houve, apesar de tudo isto um senão, a participação dos navios portugueses na chamada Invencível Armada: 31 dos 146 navios principais, incluindo vários dos galeões maiores, eram portugueses. A maioria não regressou, o que pode ser considerado o primeiro dos grandes golpes na marinha nacional.

### AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO

A governação dos reis seguintes torna-se mais simbólica que efectiva e é entregue nas mãos dos seus favoritos. A administração de Madrid tendia à centralização, reduzindo a pouco e pouco, a autonomia das várias unidades políticas que formavam a monarquia espanhola: Portugal, assim como a Catalunha, Aragão, Navarra. Era o resultado inevitável dos tempos difíceis que começavam a pai-

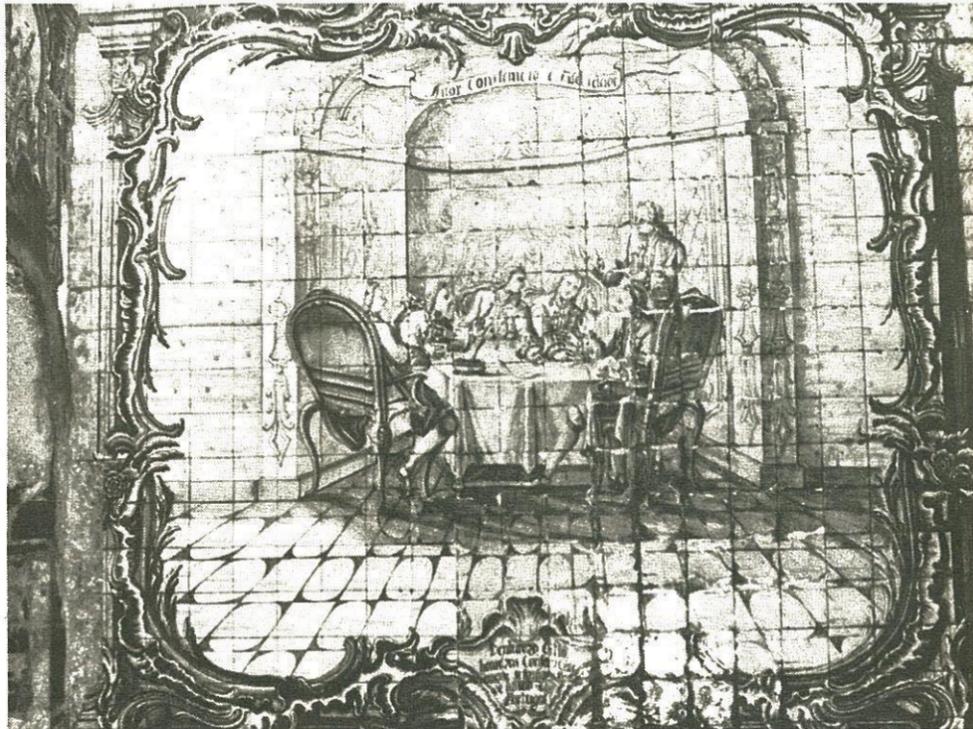
rar sobre o grande estado ibérico. Despesas sempre crescentes exigem um controlo apertado do tesouro e uma administração rigorosa levam à nomeação de comissões de controlo para Portugal, medidas estas contraditórias com as promessas de 1581 e que se tornam extremamente impopulares. Os impostos foram aumentados recaíndo sobre os comerciantes e a classe média.

### ATAQUES A PORTUGAL

ra aberta contra a Espanha. Em pouco tempo o conflito generaliza-se a toda a Europa. A França, por sua vez,

Pela morte de Filipe II de Portugal, a coroa é entregue a seu filho que, por sua vez deposita o governo nas mãos do Conde — Duque de Olivares — Gaspar Felipe de Guzman. Este, apercebendo-se do declínio do poderio espanhol, enceta um vasto plano de reformas, visando o fortalecimento da posição do país no estrangeiro e uma maior centralização interna.

alinha contra a Espanha. O Duque de Olivares, em Portugal, à medida que o conflito se torna mais aceso de-



Reunião dos Conjurados, conforme um painel de azulejos do séc. XVIII, existente no Palácio da Independência

creta novos impostos para fazer face às despesas surgidas.

Grandes zonas do império português são alvo dos ataques das forças beligerantes: Ormuz caiu em 1622, a Baía em 1624; diversos baluartes do Ceilão em 1630; Olinda, o Recife e Mombaça também em 1630; São Jorge da Mina

em 1637; Arguim em 1638. Outros ataques que os portugueses conseguem afastar visavam Macau, Cabo Verde, Malaca e Goa. Não havia parte do império português que estivesse segura e a necessidade de defesa obrigava a uma sobrecarga fiscal. Apesar das derrotas sofridas, Portugal recuperou: a Baía em 1625; Olin-

da e Mombaça em 1634, etc.

Olivares tenta, prevendo o descontentamento, reformas militares, mas encontra uma enorme resistência. Muitas das tropas que lutavam na Europa eram pagas em dinheiro português. Pretendia o Conde de Olivares, supõe-se, privar o exército português dos seus chefes mais brilhantes.

### DESCONTENTAMENTO E REVOLTAS

Deste modo a crise generaliza-se e as razões que haviam justificado a união das duas coroas em 1580 estavam ultrapassadas. Toda a nossa estrutura comercial com o ultramar, base da riqueza portuguesa, estava em ruínas.

Aos poucos surgem revoltas. As massas populares

sublevam-se em Évora e no Algarve, em 1637, encontrando repercussões em outros lugares.

Em Junho de 1640, é a vez da Catalunha, província espanhola, se revoltar.

O descontentamento português que vinha já a tomar corpo leva a uma conspira-

ção da aristocracia que consegue obter o apoio de D. João Duque de Bragança, apesar das suas indefinições iniciais. Olivares, entretanto, nomeara-o para o cargo de governador militar de Portugal para assim o poder controlar e fazê-lo cair na desconfiança das classes portuguesas.

### CONSPIRAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Como corolário da conspiração, um grupo de nobres reunido no palácio dos Duques de Almada (hoje Palácio da Independência) sai para a rua em 1 de Dezembro e, dirigindo-se ao palácio Real, prende a duquesa de Mantua, governadora de Portugal e aclama D. João de Bragança, Rei de Portugal, que entra em Lisboa alguns dias mais tarde. As notícias da mudança de regime recebem o apoio de quase todo o território continental e ultramarino. Apenas Ceuta se manteve fiel à causa de Filipe IV que, demasiado ocupado com a província da Catalunha, cujas revoltas se prolonga-

ram até 1652 e com a guerra que grassava na Europa contra a Espanha, que se prolongou até 1641, não consegue controlar a revolta portuguesa, demorando o envio de quaisquer ofensivas de vulto.

Portugal na altura não dispunha de um exército moderno, as fortificações eram

escassas e os melhores generais lutavam algures na Europa pela Espanha. As lutas da restauração da monarquia em Portugal arrastaram-se, assim, por vinte e oito anos tendo sido finalmente, por tratado de paz celebrado entre Portugal e Espanha em 1668, reconhecido como país novamente independente.

## VENDE-SE

— Máquina CANON 10/4, electrónica, filmar super 8. Muito bom estado.

— Máquina projectar sonora, 2 pistas, super 8, c/ micro e gravação própria COPAL. Nova.

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL TEL.: (065)29750

## MOSTRA DE DESENHOS ADF/NATAL-83

Nome do concorrente (em maiúsculas): .....

Idade: .....

Número de sócio do pai: .....

Morada: .....

Código postal: .....

Localidade: .....

Este boletim é recortado e colado nas costas do desenho

## MOSTRA DE DESENHOS SOBRE O NATAL

O Departamento de Cultura Dinamização e Desporto da ADF para que os filhos dos seus sócios possam participar mais activamente no convívio de Natal a realizar durante a tarde do dia 17 de Dezembro de 1983, na Sede, vai promover uma mostra de desenho sobre o Natal, executados pelos filhos dos sócios.

Em seguida é publicado o regulamento a que devem sujeitar-se os desenhos para que sejam aceites na referida mostra.

### REGULAMENTO:

1.º — Podem concorrer à mostra de desenho sobre o Natal-83 promovida pela ADF todos os filhos dos sócios da ADF até aos 12 anos de idade.

2.º — Os desenhos serão executados em papel modelo A-4 a cores ou a preto e branco.

3.º — O tema dos desenhos é obrigatoriamente o Natal ou ADF.

4.º — Os originais dos

desenhos ficarão a ser pertença da ADF e poderão ser utilizados sempre que este departamento o julgue necessário sem que para isso seja necessária a prévia autorização dos autores.

5.º — Os desenhos terão que dar entrada no Departamento de Dinamização e Cultura — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — 1194 Lisboa Codex até ao dia 5 de Dezembro de 1983.

6.º — Os participantes terão de preencher o boletim

em anexo e colá-lo nas costas do desenho para que este seja considerado válido.

7.º — Os desenhos serão expostos numa sala da sede da ADF no dia 17 de Dezembro durante o convívio de Natal.

8.º — Aos cinco desenhos considerados mais originais e mais bonitos, por um júri a nomear pelo Departamento de Cultura Dinamização e Desportos serão atribuídas lembranças.

# VIDA ASSOCIATIVA

## DELEGAÇÃO DE COIMBRA NATAL/83

A Delegação de Coimbra da ADFA irá realizar a habitual festa de Natal, dedicada especialmente às crianças filhas dos associados inscritos na Del. de Coimbra.

As inscrições deverão dar entrada na ADFA até ao dia 30 de Novembro, tendo as mesmas já seguido para casa de todos os associados.

Apesar das dificuldades económicas, iremos manter a tradição oferecendo brinquedos e balões a todas as crianças inscritas, pelo que apelamos a todos a s/ contribuição para que os nossos filhos tenham a festa que merecem.

Como sabem, a Del. terá de pagar o aluguer da sala e a deslocação de alguns artistas que irão participar na festa, para além de outras despesas inevitáveis.

A festa abrirá com um programa de variedades do qual constarão números musicais e recreativos. A iniciativa terá lugar no Centro de Recreio Popular do bairro de Norton de Matos e tem o início marcado para as 14 horas do dia 17 de Dezembro.

Estarão à venda livros de rifas que irão sortear os três prémios seguintes:

- 1 BICICLETA
- 1 MÁQUINA FOTOGRÁFICA
- 1 CANETA PARKER.

Não faltes camarada. Proporciona aos teus filhos uma tarde de são convívio com outras crianças.

A SECÇÃO DE DINAMIZAÇÃO

## FESTAS DE NATAL NA ÁREA DA DELEGAÇÃO DO PORTO

A Delegação da ADFA do Porto está este ano a preparar a realização de diversas Festas de Natal, em diferentes localidades, destinados aos filhos dos sócios.

Os convívios de Natal, desta forma mais acessíveis aos sócios e sobretudo às crianças, porque descentralizados, contarão com a participação de alguns artistas que para o efeito colaborarão com a Associação.

A fim de participarem nos convívios de Natal, os sócios deverão inscrever os filhos, através de impresso próprio que a delegação do Porto está a enviar. A inscrição deverá ser feita até ao dia 25 de Novembro.

Indicam-se a seguir os locais, data e hora de realização das Festas de Natal nos diversos locais.

Sobre a realização das Festas de Natal da área da Delegação do Porto, os sócios estão a ser informados directamente pela Delegação, com indicação dos locais onde se devem dirigir e a forma como devem proceder.

### NO PORTO

A Festa de Natal realiza-se no dia 17 de Dezembro, às 15 horas, no Salão Paroquial do Carvalhido.

### EM VIANA DO CASTELO

No dia 18 de Dezembro, às 15 horas, na Escola Preparatória Frel Bartolomeu dos Mártires, Av. 28 de Setembro.

### EM VILA REAL

No dia 17 de Dezembro, às 15 horas, na Escola Secundária Camilo Castelo Branco.

### EM CHAVES

No dia 17 de Dezembro, às 15 horas, no Forte de S. Francisco.

### EM VILA COVA DA LIXA

No dia 17 de Dezembro, às 15 horas, na Escola Preparatória de Vila Cova da Lixa.

### EM FAFE

No dia 17 de Dezembro, às 15 horas, no Teatro Cinema de Fafe.

### EM VILA DO CONDE

No dia 10 de Dezembro, às 15 horas, no Circuito Católico de Operários.

## FAMALICÃO

### INFORMAÇÕES DA DELEGAÇÃO

#### Festa de Natal-83

A Festa de Natal-83 realiza-se no domingo, dia 11 de Dezembro de 1983 no Cine-Teatro Augusto Correia (Cinema da vila), e terá início às 9 e 15 minutos.

O programa contará com a colaboração dos Produtores de Espectáculos Reunidos, e de Jorge Pina da Delegação do Porto.

A distribuição de Brinquedos às Crianças inscritas, será feita no atrio do cinema, funcionando ininterruptamente do início ao fim do espectáculo.

#### Programa do espectáculo:

Uma parolha de palhaços

«Os Gaiatos»,

«A Pequena Cristina» e Malabaristas

OBS.: O prazo para a entrega dos boletins com o nome, idade, e sexo dos filhos, termina impreterivelmente no dia 4/12/83.

Só poderão proceder ao levantamento dos brinquedos, os sócios que tiverem as suas quotas em dia, e tenham procedido à inscrição dos seus filhos.

#### ADME

Chamamos a atenção de todos os sócios desta Delegação que ainda não trataram da documentação necessária à sua inscrição como beneficiários da ADME, o favor de contactarem telefonicamente, pessoalmente ou por escrito com esta Delegação, onde lhes será prestado todo o apoio, elucidando sobre a documentação e demais elementos necessários. Posteriormente, a Delegação encarregar-se-á do preenchimento, tratamento e encaminhamento de toda a documentação.

#### Sorteio

Informamos que o prazo para pagamento ou devolução das rifas por nós enviadas referentes ao Sorteio Interno realizado por esta Delegação, como meio de angariação de fundos para a realização da Festa de Natal/83, terminou no passado dia 12 de Novembro de 1983.

Lembramos mais uma vez aos sócios, que o sorteio realizar-se-á pelos últimos 4 (quatro) algarismos da última Lotaria Nacional de Novembro de 1983, e tem como prémios o seguinte:

- 1.º Prémio — Um aparelho TV, cor, portátil.
- 2.º » — Uma máquina de café (não Cimbalino)
- 3.º » — Um rádio c/ AM/FM, de bolso. (Oferta do sr. sócio Glória Martins).

OBS.: Todas as rifas não pagas ou devolvidas até 12/NOV./83, serão anuladas, revertendo o(s) prémio(s) caso sejam premiados, para a Delegação, dando-lhe esta o destino que tiver por mais conveniente, informando disso os sócios que nele (sorteio) participaram.

### SÓCIO FALECIDO

## JOSÉ MARIA BASTOS BAPTISTA



Transmitimos a sua esposa Maria Júlia C. Milho Carlos e aos seus filhos os nossos mais sentidos pésames.

Este nosso sócio tinha sido ferido por estilhaços de uma granada, um dos quais se encontrava alojado junto à coluna vertebral.

Era natural de Fadagosa — Marvão e tinha trinta e um anos de idade.

### VIATURAS: IMPORTAÇÃO

O associado António Bernardes, que se encontra dentro de todo o processo burocrático de importação de viaturas para deficientes ao abrigo do Dec.-Lei N.º 43/76 da lei. 235-D/83, poderá colocar ao serviço dos associados, que pretendam, a sua experiência que permitirá certamente obviar as dificuldades que nesta matéria são bem conhecidas:

Contacto pelo Telef.  
243 19 51 — ou para  
a nossa Associação

### OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA

EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE IMPRESSÃO, COMPOSIÇÃO  
E ENCADERNAÇÃO

R. Artilharia Um, UMP-Anexo  
Tel.: 65 35 93 — 1000 LISBOA



O Grupo Contraste, do Crédito Predial Português, que actuará no convívio de Natal, na sede

## ATENÇÃO SÓCIOS DE LISBOA

### 14.30 — 17 DEZ.

## CONVÍVIO DE NATAL

O convívio de Natal da Sede, Largo de S. Domingos, no dia 17 de Dezembro, sábado, tem início, impreterivelmente, às 14h.30m., pois só assim a presença do Avô Cantigas pôde ser assegurada.

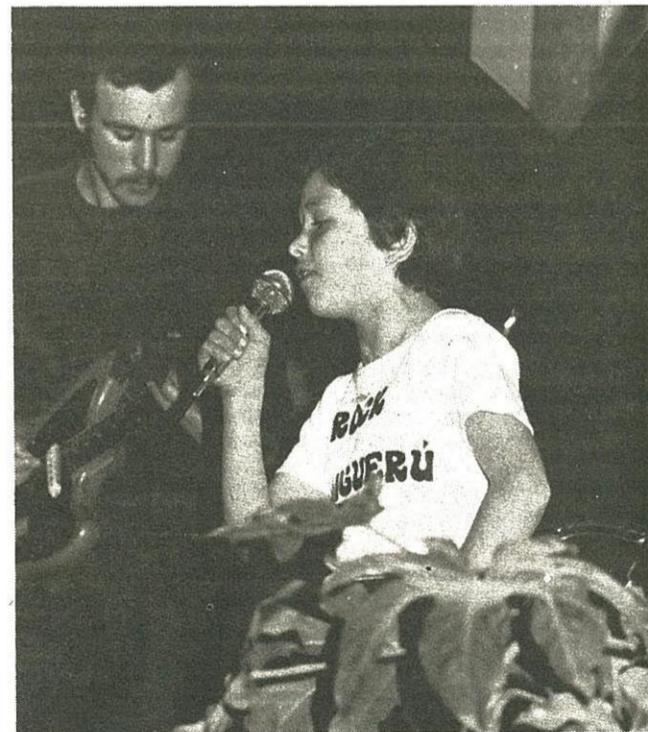
O convívio realiza-se no Salão Nobre da nossa Associação, onde actuarão alguns artistas, os nossos convidados.

#### PROGRAMA DO ESPECTÁCULO:

- 14.30 — Início, com a actuação do Avô Cantigas (impreterivelmente às 14.30).
- Artistas de Palmo e Meio (filhos dos sócios).
- Grupo Contraste (Conjunto do Crédito Predial Português, com o nosso associado João Nuno).
- Grupo de Teatro da Associação Cultural de Surdos Mudos da Amadora (dirigidos por Henrique Albuquerque).
- José Quintela (disco de prata com a canção Primavera).
- Poeta Ângelo Teixeira.
- Filmes Cómicos.

Por fim, haverá um lanche para as crianças (doces, bolos, chocolates, sumos), e balões para a pequenada, estando as inscrições abertas, na sede, até, ao dia 10-XII, sábado. Só serão admitidas ao lanche as crianças efectivamente inscritas.

Contamos com o envio de desenhos sobre o Natal, pelos filhos dos sócios, conforme o regulamento da Mostra de Desenhos sobre o Natal, os quais virão a ser expostos no dia 17 e reproduzidos, os melhores, no jornal ELO. Também a entrega de lembranças, prevista no referido concurso, será feita no dia 17 de Dezembro.



José Quintela, vencedor do festival infantil da Póvoa de Santo Adrião com a canção Primavera, letra e música de Carlos Vidal (Avô Cantigas)

## DELEGAÇÃO DE FARO

### CONVÍVIO DE NATAL — 83

Informa-se que o Convívio de Natal na Delegação de Faro é no dia 17/12/83 a partir das 15H00 nas instalações da ADFA de Faro, para aproveitar o convívio associativo e cultural e integração de sócio-familiar ao nível dos nossos associados, para ultrapassar as barreiras arquitetónicas que a sociedade em si tentou impor a todos nós deficientes, no fim de uma guerra injusta.

A Direcção da Delegação de Faro, convida todos os seus familiares a participarem na Festa da Natal para o enriquecimento da nossa vivência, militando no seio da ADFA para que os nossos filhos jamais sejam vítimas de guerra e que haja paz para todos para melhor se conseguir a reabilitação e reintegração Social do Deficiente.

# PÁGINA DESPORTIVA

## O «ELO» E O DESPORTO, NOVE ANOS DE TRABALHO

O «Elo» é um jornal que desde praticamente o seu início se tem preocupado com o desporto para deficientes (DD), no entanto, tem sido mais um reflexo dessa actividade, do que um elemento actuante e interveniente nesta problemática: tem faltado uma discussão mais profunda do problema do desporto, e do desporto para deficientes em particular.

O primeiro artigo de carácter desportivo que saiu

arco; vão passar mais seis meses para sair nova notícia, esta sobre os jogos olímpicos para deficientes. Resumindo, nos primeiros dois anos de vida do «Elo» saem quatro artigos sobre desporto, o que não é de admirar se tivermos em linha de conta que esta actividade é praticamente inexistente no País.

Entre nós, o DD começou a dar os seus primeiros e débeis passos em Março de 1977, data em que se orga-

uma equipa de arqueiros da ADFA, em representação de Portugal, no quinto campeonato europeu desta modalidade que se realizou em Roterdão. O tiro com arco foi a primeira modalidade devidamente organizada que houve na ADFA, os seus atletas atingiram um gabarito bastante bom e o material é já bastante sofisticado.

Em Julho de 1977, realizou-se em Portugal um seminário de desporto e tem-

desportivos em Lisboa e em várias delegações, nomeadamente Évora e Coimbra, esta última essencialmente com os seus populares concursos de pesca desportiva. No entanto, até Junho de 1979, estas actividades são praticadas de forma incipiente e com carácter esporádico.

A partir de 1980 começa a operar-se uma modificação no âmbito dos elementos abrangidos, os familiares começam a ser levados em linha de conta, acompanhando os atletas nas suas deslocações e criou-se uma escola de natação para os filhos dos sócios em Lisboa.

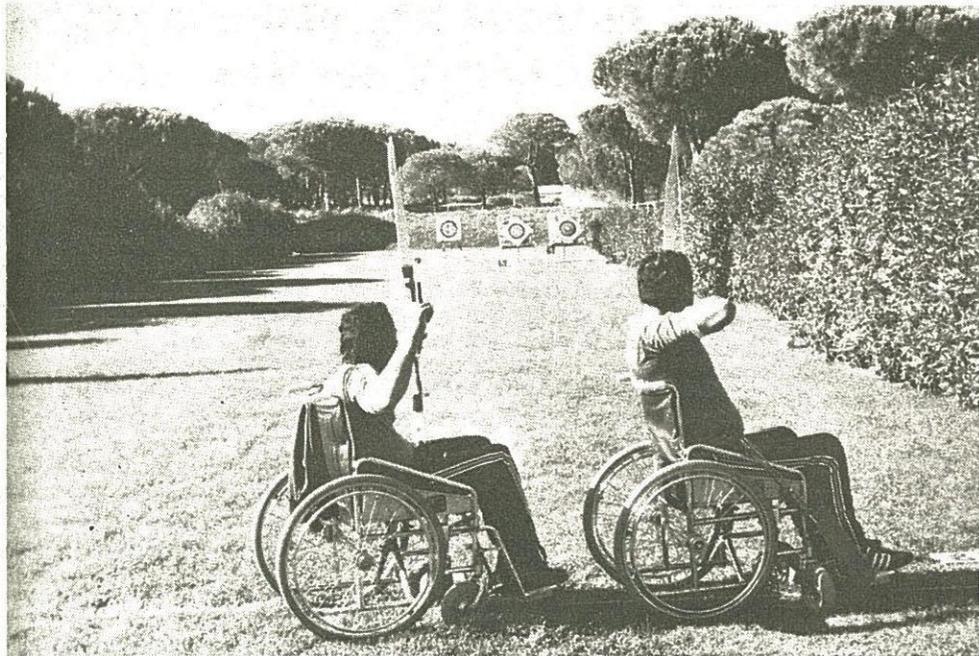
A delegação do Porto por ocasião do seu 5.º aniversário organizou umas jornadas de Animação Desportiva, conforme vem noticiado no n.º 78, foram praticadas várias modalidades: natação, basquetebol e uma inovação um pouco surpreendente, o ciclismo.

O verdadeiro arranque do desporto na ADFA opera-se em 1981 com o início dos treinos da nossa equipa de basquetebol em cadeira de rodas. A ADFA, através da sua secção de basquetebol — com o empenhamento de alguns dos seus jogadores —, lançou uma campanha de dinamização junto de cerca de trezentos e cinquenta organismos, principalmente escolas e autarquias, a fim de dar a conhecer as suas actividades e oferecer a sua colaboração.

A resposta a este movimento não se fez esperar, daí para a frente a nossa associação tem sido permanentemente solicitada para a participação nas mais variadas iniciativas culturais e recreativas, percorremos o País de lés-a-lés e de Norte a Sul: Castelo Branco, Porto, Évora, Serpa, Almada, Sines, Barreiro, Espinho, Valongo, Santarém, Póvoa de Varzim, Faro, etc. Nestas deslocações houve sempre a preocupação de mobilizar e incentivar, quer directamente, quer através dos artigos posteriormente publicados no jornal — os responsáveis por estas iniciativas, assim como as respectivas populações. Embora o jornal não tenha conseguido fazer uma reportagem completa a esta actividade todas elas foram noticiadas, com destaque para o encontro internacional do Algarve que foi de grande importância para o desenvolvimento do DD e contou com atletas de todo o País e da Inglaterra, Bélgica e Luxemburgo.

A partir de 1981 há um Departamento devidamente organizado em que se pratica com regularidade as seguintes modalidades: basquetebol em cadeira de rodas, natação, atletismo, ténis de mesa. Para além disso, pratica-se com carácter meramente recreativo bilhar e damas. O tiro com arco encontra-se numa fase de um certo marasmo mas estão a ser tomadas medidas para sua revitalização.

A Página Desportiva do «Elo» é hoje uma realidade, contamos com a colaboração de todos para a sua prossecução.



no «Elo», foi no n.º 3, em 31 de Janeiro de 1975, onde se focava, na generalidade, o carácter alienatório do desporto em Portugal. Só quase um ano depois surge uma pequena notícia a convidar os sócios a praticar tiro com

nizou um convívio desportivo, conforme vem noticiado no n.º 46, com um jogo de futebol de salão e jogos de xadrez, ténis de mesa e bilhar. Neste mesmo número e números seguintes vem noticiada a deslocação de

pos livres, organizado pelo Spastics Society, pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral e Associação Portuguesa de Deficientes. Este encontro foi da máxima importância na medida em que colocou muitos deficientes e técnicos portugueses em contacto com formas muito mais avançadas de recuperação e reintegração existentes noutros países, nomeadamente na Inglaterra. No «Elo» n.º 53, de Outubro de 1977, podemos ler as conclusões deste encontro.

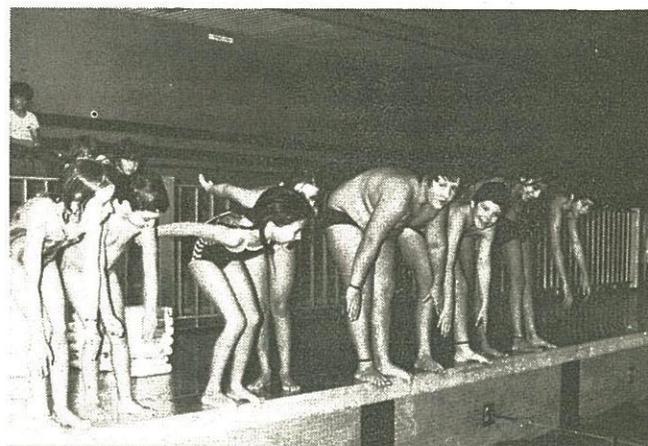
Em Outubro de 1977, começa a funcionar sob direcção da DGD, no Instituto Nacional de Desportos, uma escola de natação para deficientes. Por esta mesma altura assiste-se a uma grande dinamização por parte da DGD — Delegação de Lisboa, na altura dirigida pela Professora Regina Peyroteu, com a organização de vários convívios desportivos a fim de demonstrar a capacidade e as possibilidades que os deficientes têm de praticar desporto, realizou-se em:

— Novembro de 1978 um convívio desportivo de dois dias realizado nas instalações do Estádio Nacional, participaram cerca de uma centena de deficientes.

— Setembro de 1979, convívio desportivo com a participação de cerca de cento e cinquenta deficientes nas modalidades de natação, tiro-com-arco, ténis de mesa, basquetebol e atletismo.

Com grande apoio da DGD, foi lançado um projecto de Estatutos para uma Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes. Este trabalho foi publicado no «Elo».

Os aniversários da ADFA vão sendo a oportunidade da realização de convívios



Aula de natação da esquerda para a direita: Teresa, Sérgio, Myriam, Cláudia, João, Tiago, Carla e Pedro

## ESCOLA DE NATAÇÃO

Acima da Calçada do Poço dos Mouros, uma transversal, à direita de quem sobe a Av. Morais Soares vindo da Praça do Chile, encontramos as instalações da Piscina Municipal da Penha de França, onde funciona a Escola de Natação Infantil da ADFA. O melhor transporte é o autocarro n.º 17 que tem uma paragem mesmo à porta. Ao chegarmos ao alto ficamos maravilhados com a vista que daquela local abrangemos, junto à piscina funciona uma biblioteca e a Junta de Freguesia.

Cerca de trinta crianças, filhos de sócios da ADFA, entre os cinco e os doze anos — às terças e quintas-feiras das 10 às 12 horas — aprendem a nadar, em duas turmas de cerca de 15 alunos cada.

É gratificante ver a «cachopada» a praticar desporto, eles, vivem-no com grande intensidade e tiram todo o proveito que podem de todos os instantes que passam: a vida tem a dimensão do momento.

Esta escola tem a particularidade de se encontrar aberto a

crianças deficientes que não sejam filhos de sócios; esta medida é extremamente correcta dada a dificuldade existente em Portugal destes práticos desportos, uma criança cega nestas condições encontra-se nestas aulas.

Em 1981 os alunos participaram na «Primeira Braçada», organizada pela Associação de Natação de Lisboa, pensa-se novamente este ano participar nesta iniciativa.

Não existem ainda nadadores com preparação suficiente para serem federados e entrarem em competições, há no entanto algumas perspectivas de isso vir a acontecer no futuro.

O monitor desta escola, Carlos Noivo, treinador credenciado pela Federação Portuguesa de Natação e funcionário da Secção de Desportos da ADFA, pediu-nos para agradecer-mos à Câmara Municipal de Lisboa e aos seus funcionários as facilidades que nos têm sido concedidas na utilização gratuita das instalações sem as quais não seria possível esta actividade.

## NATAÇÃO NO BARREIRO

Encontram-se abertas as aulas da Escola de Natação para Deficientes do Barreiro.

As aulas estão abertas a todos os deficientes excepto crianças, e contam com a

colaboração da Câmara Municipal do Barreiro, Direcção Geral de Desportos — Setúbal, Inatel e ADFA.

Horário:  
Quarta-feira — 18.30 às 20 horas.  
Sábado — 11.00 às 13 horas.

## TORNEIO DE BILHAR GRANDE TORNEIO INVERNO-83

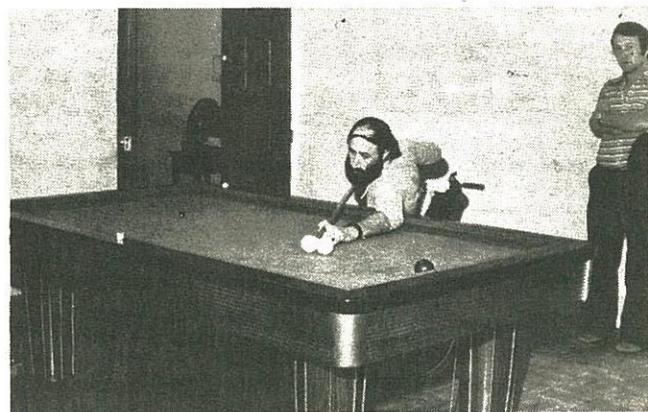
Realizar-se-á no próximo dia 5 de Dezembro um torneio de bilhar livre — 50 carambolas — na sala de jogos da sede.

As inscrições estão abertas até ao dia 28 de Novembro no DCDD e custam cinquenta escudos. Podem-se inscrever só-

cios e não-sócios de todo o País.

O regulamento será oportunamente distribuído.

Para o 1.º classificado haverá uma taça e medalhas para os que se classificarem do segundo ao quinto lugar.



Praticando bilhar na sede da ADFA

TIRAGEM DESTE NÚMERO  
11 500 EXEMPLARES

## INSTITUCIONALIZEMOS A NOSSA AUTONOMIA ORGANIZATIVA

O Desporto para Deficientes (D.D.) é algo extremamente complexo e controverso, que nos coloca na posição de ter de auscultar os mais variados técnicos e especialistas nesta matéria para que se possa exarar uma opinião minimamente correcta. No entanto, o aspecto principal na problemática do D.D. no nosso país e neste momento não me parece que seja um problema técnico-científico, mas essencialmente uma questão política, intimamente interligada com o associativismo de deficientes em geral.

Há poucos técnicos de desporto para deficientes e os que há estão sub-utilizados; há milhares de deficientes que praticariam desporto se fossem criadas condições minimamente satisfatórias para a sua prática. Há no entanto situações em que essas condições estão preexistentes, e mesmo assim, os deficientes não participam. Um sociólogo, melhor do que eu, poderia analisar o fenómeno, apesar de tudo atrevo-me a avançar com a minha modesta opinião: ou os deficientes são os dinamizadores motivados da prática do desporto; ou rejeitam — e muito bem — serem simples peças manuseáveis pelos técnicos e dirigentes todo-poderosos, que do alto da sua cátedra, se arrogam o conhecimento absoluto de todas «as fórmulas mágicas», que muito competentemente aplicam aos «inválidos», e que estes, não terão mais que muito disciplinadamente, aceitar todas as directrizes. Este espírito de idolatria dos técnicos e da técnica, existe em maior grau nas associações e organismos oficiais: se esta actuação pode ser tolerada nestes últimos, é incompreensível quando adoptada pelos primeiros. O oposto de tudo isto é algo de muito simples: diálogo aberto e franco; divisão de tarefas, de responsabilidades e intervenção dos próprios atletas na direcção das suas actividades. Este trabalho de grupo, sempre seguido na ADFA, deve ser prosseguido e dinamizado cada vez mais.

Temos a obrigação de estabelecer um aprofundado diálogo com o técnicos e quanto mais melhor, desde que saibamos manter sempre a todo o custo a nossa autonomia.

Para institucionalizar a nossa independência organizativa, torna-se indispensável a formação da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes, órgão através do qual nos poderemos colocar num plano de igualdade com todos os outros desportistas portugueses. Esta Federação é uma reivindicação que já vem sendo feita desde Julho de 1979, data em que nove associações elaboraram o seu projecto de estatutos.

ARMINDO ROQUE

EM 25 DE OUTUBRO

# SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VISITOU A SEDE DA ADFA

O Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, conforme noticiado no último número do «Elo» em «última hora», esteve na sede da ADFA no passado dia 25 de Outubro, onde fez uma demorada visita às instalações da Associação, realizando depois uma reunião com os órgãos sociais centrais.

Esta deslocação à ADFA insere-se num programa de visitas às principais Associações de Deficientes que o Secretário Nacional de Reabilitação está a levar a efeito. A ADFA, como maior Associação de Deficientes do nosso País, foi a primeira a ser visitada. A seguir foi a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), alguns dias depois, seguindo-se-lhe a visita à Associação Luís Braille.

No dia 16 de Novembro, às 15 horas, Bobela Mota visitará a Tipografia da ADFA, que está situada no Anexo do Hospital Militar Principal, em Campolide.

A visita à ADFA proporcionou a realização de uma reunião com a Direcção Central e elementos dos outros órgãos centrais da Associação, a primeira depois da tomada de posse do Secretário Nacional.

Nesta reunião, os órgãos da ADFA tiveram oportunidade de analisar com Bobela Mota a actual situação do Secretariado Nacional e as medidas que urgentemente deverão ser adoptadas para ser garantido o necessário salto qualitativo capaz de retirar o Secretariado do marasmo e inoperância que o têm caracterizado nos últimos tempos. Entre essas medidas, salientou-se, como fundamental, a alteração da lei orgânica do Secretariado, que deverá ser o primeiro grande objectivo a atingir.

Neste domínio, os órgãos da ADFA tiveram oportunidade de ver confirmado o empenhamento de Bobela Mota que tinha já sido expresso no seu discurso de posse.

O novo Secretário Nacional de Reabilitação reafirmou nesta reunião com a ADFA — o que se regista aqui com satisfação — a sua determinação em fazer sempre reflectir a vontade dos deficientes na orientação do Secretariado. A sua visita às Associações será já um indício dessa disposição.

A institucionalização desta orientação deverá verificar-se através da alteração da lei orgânica do Secretariado, nomeadamente na redefinição da constituição e competências do Conselho Nacional, órgão deliberativo do Secretariado e no qual as Associações de Deficientes têm assento.

À ADFA, nesta reunião, pôs a tónica numa questão que lhe é especialmente cara e sempre tratou preferencialmente nas reuniões do Conselho Nacional e nos contactos directos que teve com os Secretários Nacionais anteriores. Trata-se da necessidade urgente de abertura do Secretariado, dinamizando a sua própria imagem junto da opinião pública e dos próprios deficientes. Isto, constituindo não um fim em si, mas essencialmente um meio para que o Secretariado ocupe o espaço que lhe cabe no contexto nacional, muito especialmente no âmbito dos departamentos do Estado.

Este, paralelamente à alteração da lei orgânica, deverá ser, no entender da ADFA, um passo fundamental a ser

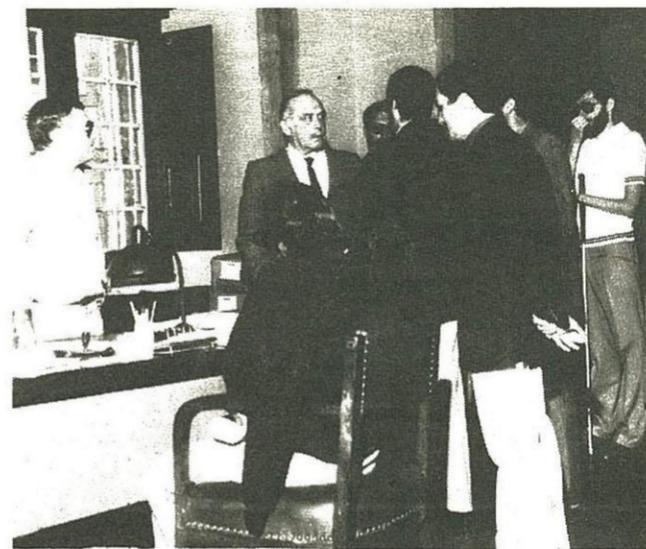
dado com urgência, para se pôr fim ao período de funcionamento do Secretariado em circuito fechado, produzindo trabalho apenas para consumo próprio e passando-lhe totalmente ao lado as mais importantes iniciativas no domínio da reabilitação, tomadas por outros departamentos, nem sempre, como se sabe, da forma mais correcta.

Relativamente às questões específicas dos Deficientes das Forças Armadas, nomeadamente de carácter legislativo, os órgãos da ADFA fizeram sentir ao Secretário Nacional a necessidade de serem aprovadas algumas iniciativas do Secretariado já antigas e que contaram com a participação e concordância da Associação, tais como os projectos sobre acumulações de pensões e subsídios dos DFA (pensão de invalidez ou extraordinária e pensão ordinária devida pelo tempo de serviço na função pública, quando for o caso) e extensão de alguns direitos dos deficientes da campanha aos deficientes do serviço.

Estes projectos estarão novamente em análise, necessitando do parecer da ADFA. A Direcção da Associação aproveitou para informar que a ADFA concorda inteiramente com esses projectos, elaborados, aliás, com a sua participação, esperando que sejam aprovados o mais rapidamente possível.

Durante a visita aos serviços, Bobela Mota teve oportunidade de se aperceber da vitalidade da ADFA e do trabalho que aqui é produzido, ficando com uma ideia clara da dimensão da Associação depois de lhe ter sido feita uma exposição sobre a sua implantação nacional, com todas as delegações e actividades aí desenvolvidas.

Os órgãos da Associação, com toda a força desta e toda a sua capacidade de realização, garantiram ao Secretário Nacional de Reabilitação a total disponibilidade da ADFA para uma participação efectiva no âmbito do Secretariado, mas não esconderam as suas exigências quanto a alguns aspectos já focados, sendo elas próprias uma forma de afirmação da sua vontade de participar.



Durante a visita aos serviços da Associação

## ADFA E CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA VÃO ARTICULAR ACÇÕES NO APOIO AOS DEFICIENTES

Conforme noticiado no último número do «Elo», a Direcção da ADFA foi recebida pela vereação da Câmara Municipal de Lisboa, no passado dia 25 de Outubro. A audiência que tinha sido solicitado ao presidente da Câmara, foi concedida pela vereadora do pelouro dos assuntos sociais, Ana Sara Brito. Esta vereadora encontrava-se acompanhada do arq.º Pires Marques, responsável do NIPRED da Câmara (Núcleo de Intervenção para a Reabilitação de Deficientes).

Este encontro entre a ADFA e a Câmara Municipal de Lisboa poderá marcar o início de um intercâmbio permanente no que diga respeito à integração social dos deficientes.

Relativamente aos apoios específicos que a ADFA solicitou à Câmara Municipal de Lisboa, verificou-se grande abertura, tendo logo sido combinada uma visita à Associação para avaliar «in loco» as questões apresentadas.

Assim, a vereadora Ana Sara Brito, acompanhada do arq.º Pires Marques e de mais alguns técnicos da Câmara, deslocar-se-á à sede da ADFA no dia 16 de Novembro, da parte da manhã, a fim de apreciar as solicitações da ADFA, nomeadamente o arranjo do parque de estacionamento do Palácio, adaptação de uma casa de banho para grandes deficientes (de utilidade também para deficientes civis que se desloquem à Baixa e onde não têm qualquer apoio deste tipo) e a montagem de um ginásio para deficientes.

A receptividade da vereadora da CML foi notória, como já referido, sobretudo por as solicitações da ADFA, muito concretas, se revestirem de interesse imediato para os deficientes e se enquadrarem na própria política de reabilitação da Câmara, que vai no sentido de tornar a cidade de Lisboa num espaço mais acolhedor para os deficientes, desde a eliminação das barreiras arquitectónicas até à prioridade na obtenção de habitação social.

## ANIVERSÁRIO DO «ELO» JANTAR DE CONVÍVIO

Realizar-se-á no dia 23 de Novembro, às dezanove horas no Palácio da Independência, um jantar de convívio para comemorar o 9.º aniversário do «Elo».

As inscrições estão abertas até ao dia dezanove de Novembro e podem ser feitas reservas nas delegações ou na sede.

A ementa constará de carne assada ou frango, caldo verde, vinho, pão, fruta, café e bagaço de Palmela.

Cada refeição custa trezentos escudos, as crianças até aos sete anos não pagam e dos sete aos dez pagam metade.

A PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS É A VIDA DA ADFA!



## PARA UM MELHOR CONHECIMENTO MÚTUO DIRECÇÃO DA ADFA E DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL REALIZAM REUNIÃO CONJUNTA



Vai realizar-se, no próximo dia 15 de Novembro, na sede da Associação 25 de Abril, uma reunião entre a Direcção desta Associação e a Direcção Central da ADFA, a pedido desta última.

Para além dos contactos que se têm verificado com bastante frequência entre as duas Associações, esta é a

primeira reunião formal entre as duas Direcções.

Esta reunião destina-se, essencialmente, a aprofundar o conhecimento mútuo entre as duas Associações e a garantir um ainda melhor relacionamento. Além disso, serão tratados assuntos específicos como o 10.º aniversário do 25 de Abril e o 10.º aniversário da ADFA que decorrem, ambos, em 1984. Pretende-se, neste domí-

nio estabelecer uma articulação entre as duas Associações, já que a passagem de 10 anos sobre a restituição da liberdade ao povo português e sobre o fim da guerra colonial merecerá a melhor atenção não só por parte dos que foram os directos obreiros destes dois importantes acontecimentos históricos, agora congregados na Associação 25 de Abril, como por parte dos

que foram as maiores vítimas da guerra e do regime que a mantinha, agora congregados na ADFA.

A ADFA terá oportunidade, nesta reunião, de comunicar à Associação 25 de Abril as linhas fundamentais das comemorações do seu 10.º aniversário, constantes de um programa ambicioso em preparação e que será divulgado no próximo número do «Eco».

A Associação 25 de Abril, conforme noticiámos oportunamente no «Elo», abriu já formalmente as comemorações do 10.º aniversário da Revolução de Abril com uma cerimónia realizada em 9 de Setembro passado evocativa da primeira reunião de capitães num monte alentejano. A Associação 25 de Abril evocará a partir daí todos os acontecimentos

fundamentais que em fins de 1973 e princípios de 1974 haviam de conduzir ao 25 de Abril.

Os Deficientes das Forças Armadas, que nessa altura acompanhavam com a maior atenção e entusiasmo a actuação do Movimento dos Capitães, acompanharam, também agora, 10 anos depois, com toda a solidariedade, a sua evocação e comemoração.